

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

MARIANA JUCÁ RODRIGUES DE BRITO

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE DO
RECIFE DO SÉCULO XXI: OS CASOS PARADIGMÁTICOS DO CHANTECLAIR E
HOLIDAY**

RECIFE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

MARIANA JUCÁ RODRIGUES DE BRITO

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO NA CIDADE DO
RECIFE DO SÉCULO XXI: OS CASOS PARADIGMÁTICOS DO CHANTECLAIR E
HOLIDAY**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Sá Barreto.

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Jucá Rodrigues de Brito, Mariana.

Políticas de preservação do patrimônio edificado na cidade do Recife do
Século XXI: os casos paradigmáticos do Chanteclair e Holiday / Mariana
Jucá Rodrigues de Brito. - Recife, 2024.

65 p. : il.

Orientador(a): Francisco Sá Barreto dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia -
Bacharelado, 2024.

1. Conservação do patrimônio edificado. 2. Cidade. 3. Memória. 4. Políticas de
preservação. 5. Recife. I. Sá Barreto dos Santos, Francisco. (Orientação). II.
Título.

060 CDD (22.ed.)

*Para Fátima Jucá, minha mãe, que, assim como meu avô também fez,
guardou e transmitiu tudo que pode sobre a nossa família.*

AGRADECIMENTOS

Com imensa certeza de que não chegamos a lugar nenhum, sozinhos, reservo esse espaço para fazer meus agradecimentos a pessoas importantes.

Agradeço ao meu pai e a minha mãe, primeiramente. Pois, cada um a sua maneira, sempre incentivaram e ofereceram todas as melhores oportunidades e condições para que eu e minhas irmãs pudéssemos estudar e conquistar uma formação de Ensino Superior. Muito obrigada, Fátima e Everaldo, por tudo que fizeram por mim ao longo de todos esses anos de dedicação aos estudos. Amo vocês.

À minha tia Flávia, por sempre ter me dado apoio em todas as situações da minha vida. Desde oferecer ajuda para pesquisar em sua casa, ou o apoio para fazer as minhas primeiras viagens, momentos tão importantes que ampliaram meus horizontes e me fizeram conhecer outros mundos de perto. Amo você.

À minha tia Sonia, por ser uma tia tão maravilhosa, que ensina a não ter medo da vida, e faz questão de dividir tantas histórias da nossa família. É muito importante pra mim, ter acesso a algumas das suas memórias. Amo você.

Às minhas irmãs, Carolina e Camila, que são tão diferentes de mim e que, exatamente por isso, me inspiram em tantos aspectos. Incluo aqui também o agradecimento à minha prima Juliana, ou melhor, minha terceira irmã. Obrigada por serem quem são e por estarem comigo quando preciso. Obrigada por me ouvirem, me incentivarem, por estarem comigo mesmo que distantes. Vocês e suas conquistas me inspiram muito e me enchem de orgulho. Amo vocês.

À minha família Jucá tão maravilhosa e especial para mim. Tia Luiza, Lucas, Marcela e Nide, vocês são a prova de que compartilhar as memórias com a família é tão importante que é capaz de nos devolver a nossa família. Amo vocês tanto que às vezes esqueço os anos que nos foram tirados.

À tio Carlinhos, filho de Joaquim Rodrigues, por ser tão amoroso, disponível e ser mais um elo entre mim e as memórias da minha família.

Às minhas grandes amigas: Ana Carolina Palhares, Camilla Russell, Gabriela Farinha, Luiza Maggioni, Mariana Fontes; e também a Marta Cavalcanti, Suzany Chaves e Mayara Moraes por todos os anos de amizade incondicional, por acreditarem em mim, me ouvirem atenciosamente, e me incentivarem a ser melhor. Amo vocês.

À Beatriz Meunier, Augusto Ferrer e Marcelo de Lavor, por serem amigos arquitetos em que me inspiro e por terem cedido fotografias e referências, e por oferecerem espaço aberto ao diálogo sobre arquitetura, memória e cidade.

Reservo aqui também um lugar especial para agradecer aos que estiveram comigo diariamente nos últimos anos de trabalho no Memorial da Justiça de Pernambuco: Fábio Cruz da Cunha, Marina Beltrão, Mônica Pádua, Laura Rebeka Tavares, Manoel Pereira e Geysielly do Nascimento. Obrigada por todos os momentos e conversas compartilhadas e por todas as pausas para o café. Vocês são maravilhosos demais. Amo vocês!

Agradeço também à Universidade Federal de Pernambuco, por ser um lugar tão importante para mim e para o meu crescimento pessoal, intelectual e profissional.

Em especial, ao meu orientador, Prof. Francisco Sá Barreto, com quem tanto me identifico e com quem aprendi a pensar melhor as palavras. Obrigada por ser essa pessoa e professor incrível, por me acompanhar desde o início desse caminho de uma forma tão provocativa e carinhosa ao mesmo tempo, e por acreditar no meu potencial. Até faltam palavras para agradecer a sua importância na (re)construção da minha trajetória acadêmica. Meu muitíssimo obrigado, profinho.

Aos professores: Alexandre Gomes, Alexandro Silva de Jesus, Bruno Melo Araújo, Camila Maria dos Santos, Daniel Vieira, Elaine Müller, Emanuela Souza Ribeiro, Luciana Gama, Manoela Lima, Renato Athias, Maria Cristina Gomes, Robson de Santana, Rômulo Gonzales, por cada conhecimento compartilhado. Foi na Museologia que me reencontrei e vocês fazem parte disso.

Quero ainda agradecer aos meus amigos da Museologia, parceiros desses anos de estudo: Abiniel, Aureline, Antônio, Carol, Danúbia, Débora, Eliz, Iri, Karyna, Luisa, Micael, Otávio, Rosimere, Samuel, Suanny e Victoria. Agradeço a todos vocês pelos momentos que dividimos ao longo dessa caminhada, vocês tem lugar especial em meu coração.

E por último - mas não menos importante - agradeço à Leon, que dentre todos dessa lista foi o que chegou a menos tempo, mas já tem um lugar só dele. Obrigada por estar comigo e me ajudar nesse momento de todas as formas que você pode, meu amor. Amo você demais e mais um pouco ainda.

As pessoas são, definitivamente, as “coisas” mais importantes que temos. Sou muito grata por ter contado com vocês na construção desse caminho.

“Recife

Não a Veneza americana

Não a Mauritssad dos armadores das
Índias Ocidentais

Não o Recife dos Mascates

Nem mesmo o Recife que aprendi a amar
depois

- Recife das revoluções libertárias

Mas o Recife sem história nem literatura

Recife sem mais nada

Recife da minha infância

[...]

Recife...

Rua da União...

A casa de meu avô...

Nunca pensei que ela acabasse!

Tudo lá parecia impregnado de eternidade.

Recife...

Meu avô morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro
como a casa de meu avô.”

(Evocação do Recife - Manuel Bandeira, 1925)

“Tarde no Recife.

Da ponta Maurício o céu e a cidade.

Fachada verde do Café Maxime.

Cais do Abacaxi. Gameleiras.

Da torre do Telégrafo Ótico

A voz colorida das bandeiras anuncia

Que vapores entraram no horizonte.

Tanta gente apressada, tanta mulher
bonita.

A tagarelice dos bondes e dos automóveis.

Um camelô gritando – alerta!

Algazarra. Seis horas. Os sinos

Recife romântico dos crepúsculos das
pontes,

Dos longos crepúsculos que assistiram à
passagem dos fidalgos holandeses,

Que assistem agora ao mar, inerte das
ruas tumultuosas,

Que assistirão mais tarde à passagem de
aviões para as costas do Pacífico;

Recife romântico dos crepúsculos das
pontes

E da beleza católica do rio.”

(Tarde no Recife - Joaquim Cardozo, 1925)

RESUMO

O que significa a ação de preservar na cidade do Recife? Dentre tantos os questionamentos, esse, de alguma maneira, destaca-se e resume os problemas que o presente trabalho quer enfrentar. De tal modo, pretende-se abordar a temática das políticas de preservação que agem sobre o patrimônio edificado na cidade do Recife do século XXI, desenvolvendo reflexões que terão como base estudos sobre Cultura, Patrimônio Histórico e arquitetônico, Cidade e Memória. Além da análise das ações diretas das políticas sobre o patrimônio, haverá espaço para discutir as decorrências da falta de políticas e de ações de salvaguarda sobre outros bens reconhecidamente importantes no que diz respeito à relevância histórica e cultural, mas que não são tombados nem protegidos por outras formas de acautelamento e preservação. O interesse em desvendar essas questões levou aos edifícios Chanteclair e Holiday que serão usados para construir uma crítica em torno da patrimonização de centros urbanos antigos, especulação imobiliária e o fenômeno da gentrificação. Por fim, acredita-se que esse estudo – que se propõe interdisciplinar, na medida em que discute temas que são caros para a Arquitetura e para a Museologia – permitirá a criação de novas perspectivas sobre o patrimônio cultural edificado e a construção de políticas mais condizentes às necessidades da sociedade recifense na atualidade.

Palavras-chave: Conservação do Patrimônio edificado. Cidade. Memória. Políticas de preservação. Recife.

ABSTRACT

What means the action of preserving the city of Recife? Among so many questions, this one, in some way, stands out and resumes the problems that this work wants to deal. In this way, it is intended to approach the theme of preservation politics that act on the built heritage in the city of Recife in the 21st century, developing reflections that will be based on studies on Culture, Historical and Architectural Heritage, City and Memory. In addition to analyzing the direct actions of politics on heritage, there will be opportunity to discuss the consequences of the lack of politics and safeguard actions on other assets that are recognized as important in terms of historical and cultural relevance, but which are not listed or protected by other forms of precaution and preservation. The interest in unravel these questions lead to the Chanteclair and Holiday buildings that will be used to build a critique around the *patrimonialização* of old urban centers, real estate speculation and the phenomenon of gentrification. At last, it is consider that this study – which proposes to be interdisciplinary, as it discusses themes that are important to Architecture and Museology – will allow the creation of new perspectives on built cultural heritage and the construction of more consistent politics. to the needs of Recife society today.

Key words: Conservation of Built Heritage. City. Memory. Preservation Policies. Recife.

Lista de Figuras

Figura 1 - Foto do primeiro Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), Suíça, 1928.

Figura 2 - Foto da Carta de Atenas, 1943.

Figura 3 - Foto do arquiteto Le Corbusier, em 1942.

Figura 4 - Foto do Edifício Chanteclair, no Bairro do Recife, 2023

Figura 5 - Foto do Edifício Holiday, em Boa Viagem, 2019.

Figura 6 - Cópia da chamada de notícia sobre uma “*Times Square* no Brasil”, 2020.

Figura 7 - Foto da vista aérea do Bairro do Recife, bairro onde começou o Recife.

Figura 8 - Foto que retrata barcaças atracadas no Cais da Alfândega e estivadores descarregando o açúcar, 1950.

Figura 9 - Foto de vista aérea com o Chanteclair marcando a paisagem do Cais da Alfândega, 2022.

Figura 10 - Foto de detalhes decorativos da fachada do Edifício Chanteclair, 2012.

Figura 11 - Mapa do Recife com o Bairro do Recife em destaque. 2023.

Figura 12 - Foto com o Edifício Chanteclair à direita da imagem, por volta da década de 1920.

Figura 13 - Telas de Tereza Costa Rêgo que fazem parte da série ‘bordéis pernambucanos’ em sequência: 1 – Tela “Bairro do Recife”, 92; 2 – “Tela Bairro do Recife I”, 1992; 3 – “Tela Os Marinheiros bebem e vão”.

Figura 14 - Foto da fachada do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2007.

Figura 15 - Foto da fachada do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2007.

Figura 16 - Foto do interior do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2008.

Figura 17 - Foto do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2008.

Figura 18 - Foto da obra de recuperação da fachada do Edifício Chanteclair, por volta de 2012.

Figura 19 - Foto do Edifício Chanteclair restaurado e fechado, 2018.

Figura 20 - Foto do Edifício Chanteclair restaurado e fechado, 2016.

Figura 21 - Foto de divulgação da Casa Cor Pernambuco 2023 no Edifício Chanteclair, 2023.

Figura 22 - Foto Ponte Maurício de Nassau, 1943.

Figura 23 - Foto vista aérea de Recife com pontes e bairros históricos e Boa Viagem ao fundo da imagem, 2020.

Figura 24 - Foto igreja Nossa Senhora da Boa Viagem.

Figura 25 - Foto Av. Beira mar de Boa Viagem, meados da década de 1920.

Figura 26 - Foto vista aérea, Hotel Boa Viagem à esquerda e igreja à direita, meados da década de 1950.

Figura 27 - Foto Hotel Boa Viagem, à beira mar.

Figura 28 - Foto vista aérea do bairro de Boa Viagem com o Edifício Holiday em destaque no centro da imagem, por volta do final de 1960 ou início de 1970.

Figura 29 - Mapa bairro de Boa Viagem com Edifício Holiday em destaque, 2023.

Figura 30 - Foto do engenheiro Joaquim Rodrigues, 1984.

Figura 31 - Anúncio Edifício Holiday no jornal Diário de Pernambuco de 1958.

Figura 32 - Foto da fachada do Edifício Holiday, 2019.

Figura 33 - Anúncio Edifício Holiday em que descreve e vende o módulo comercial do prédio, 5 de julho de 1960.

Figura 34 - Imagem de parte do Folder do Edifício Holiday, com desenhos de planta e perspectiva de apartamento quitinete, 1957.

Figura 35 - Foto do Edifício Holiday desocupado e em ruínas, 2021.

Figura 36 - Foto da praia de Boa Viagem e prédios do bairro ao fundo, 2023.

Figura 37 - Foto que exhibe a fachada mal cuidada, e sem conservação do Edifício Holiday, 2018.

Figura 38 - Foto de moradores nas janelas do Edifício Holiday, 2019.

Figura 39 - Foto da Comunidade do Pilar.

Lista de Abreviaturas e Siglas

BID – Banco de Desenvolvimento Interamericano

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CF/88 – Constituição Federal de 1988

EUA – Estados Unidos da América

IEP – Imóvel Especial de Preservação

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	Introdução	15
1.	Patrimônio e Cidade	21
1.1	O Patrimônio: de símbolo a mercadoria	22
1.2	A Cidade: por entre os passos e mudanças que vieram com o tempo	24
2.	Uma cidade e múltiplas realidades	27
2.1	Chanteclair	32
2.2	Holiday	39
3.	Patrimônio e Gentrificação	52
	Considerações Finais	59
	Referências	62
	Anexos	

Introdução

O interesse para estudar o patrimônio edificado, com certeza começou a ser desenhado a partir da vivência como discente no curso de Arquitetura e Urbanismo – entre os anos de 2007 e 2013. E foi ficando mais evidente no maior contato com discursos reflexivos sobre cidade, já no Departamento de Antropologia e Museologia, como aluna do prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos. Onde tive oportunidade de cursar três disciplinas – Educação e Museus, Comunicação e Museus e Antropologia Urbana – que ajudaram aprofundar os diálogos sobre a cidade e colaboraram na escolha deste tema.

Mas o começo da definição do tema, de maneira mais específica, se deu a partir de um diálogo mais aberto e estreito com uma professora do Departamento de Antropologia e Museologia - a museóloga Camila Maria Silva de Moraes Santos. Após conversas com ela foi possível entender como poderia eleger um tema que proporcionasse a motivação pessoal necessária para a realização desse estudo, sem descuidar de encontrar também a relevância do ponto de vista da contribuição científica. Penso ser importante ressaltar como se deu essa escolha, pois acredito na importância de ter esse olhar interdisciplinar para construir o caminho que levará às melhores respostas para as questões que forem surgindo durante a pesquisa.

Pesquisar sobre políticas de preservação de bens patrimoniais exige um estudo aprofundado, avaliando questões sutis – observando as diferenças entre uma ação e outra e os seus impactos –, dada a responsabilidade que elas têm em assegurar a permanência – e, na mesma medida, o apagamento – de memórias coletivas relacionadas aos bens. Essa temática envolve um conjunto de termos e conceitos que se inter-relacionam, e que tem significações diversas, acompanhando os complexos processos de transformação da sociedade.

Um dos conceitos de preservação caracteriza-a como um “conjunto de medidas e ações que tem por objetivo evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas”, (Desvallées; Mairesse, 2013, p.80) e que contribuem para a proteção do patrimônio como forma de salvaguardar a expressão da identidade cultural de todos os povos. E essa preocupação com a preservação do patrimônio é, de certa forma, uma prática antiga. Mas, a partir do século XIX, Congressos e Convenções para a Proteção do Patrimônio Mundial começaram a organizar um pensamento mais estruturado, e, a cada edição – como a primeira do CIAM que se apresenta na Figura 1 –, reúnem, em

um mesmo documento¹, noções uniformizadas de proteção da natureza e dos bens culturais.



Figura 1. Foto do primeiro Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), Suíça, 1928. Fonte: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17497/material/aula13-CIAM-Carta%20de%20Atenas.pdf>

Ao analisar esses documentos, desde a Carta de Atenas (Figura 2) – documento final do IV CIAM, redigido por Le Corbusier (Figura 3) –, até as recomendações mais atuais, e refletir mais criticamente sobre essas questões relativas à preservação de bens culturais, em uma perspectiva histórica, é possível identificar as mudanças de visão sobre o que deve determinar o valor do patrimônio. Se na Carta de Atenas o foco estava na preservação da edificação ou do monumento, as cartas atuais abordam questões associadas ao valor imaterial, ao meio ambiente, a paisagem, ao genético, ao arqueológico etc.

¹ Existem diferentes tipos de documentos patrimoniais e cada um tem as suas características próprias. As Cartas Patrimoniais são documentos constituídos por medidas que tem o objetivo de orientar e criar recomendações para a proteção dos bens culturais. Já as Convenções, as Recomendações e as Declarações são um pouco diferentes por serem documentos emitidos no âmbito na UNESCO. As Convenções definem regras que os Estados Membros comprometem-se a cumprir. Enquanto que nas recomendações e nas declarações são apresentados princípios, e aos Estados Membros é indicado tomarem medidas em conformidade com eles. (Granato; Ribeiro; Araújo, 2018, p. 211)

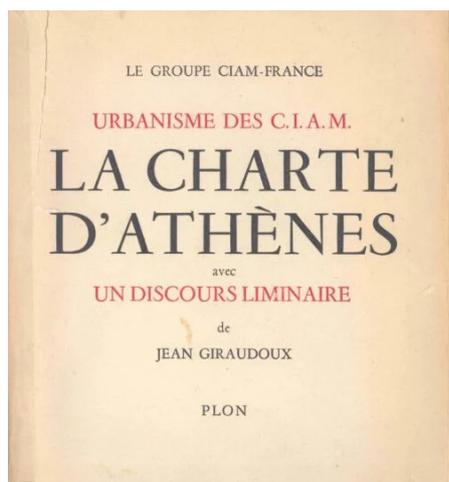


Figura 2. Foto da Carta de Atenas, 1943.
Fonte: Fundação Le Corbusier.
<https://www.fondationlecorbusier.fr/le-corbusier/biographie/>



Figura 3. Foto do arquiteto Le Corbusier, em 1942. Fonte: Fundação Le Corbusier;
<https://www.fondationlecorbusier.fr/le-corbusier/biographie/>

Corroborando com esse argumento Pereira nos traz as seguintes considerações

“isso se deve ao fato de o valor cultural não ser inerente aos bens, mas ser produto do jogo concreto das relações sociais. Os valores que qualificam objetos, práticas e ideias não são imanentes. Os bens culturais não têm em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe conferem” (Pereira, 2018, *apud* Meneses, 1996, p.50).

Por isso, o conceito de valor, nesse caso, precisa ser visto como algo abstrato e percebido com sentidos diversos, uma vez que está sempre qualificado junto a outros conceitos. Os valores artísticos, históricos, arquitetônicos, paisagísticos e documentais são alguns dos aspectos que podem motivar a proteção de um bem a partir das políticas patrimoniais, mas o valor financeiro e o valor social também são levados em consideração. No entanto, somente alguns deles são explicitados no processo de patrimonialização/ tombamento, indicando assim, que muitas vezes o valor que sugere a especificidade, qualidade ou potencialidade do bem cultural não é colocado em destaque. E, dessa forma, outros valores e/ou poderes são acionados para indicar o que se constitui como patrimônio.

As cidades contemporâneas - fruto de crescimentos relativamente planejados - expõem, em sua maioria, uma imagem bastante descaracterizada e evidenciam a necessidade de criar referenciais, elementos geradores de centralidade urbana

(Oliveira Júnior, 2008). Neste sentido, dentro dos conceitos da sociedade de consumo, percebe-se que os edifícios voltados para atividades culturais assumem uma enorme relevância no contexto da dinâmica e desenvolvimento das cidades (Chagas; Storino, 2014). De tal modo que o interesse por proporcionar equipamentos com fins culturais pode surgir em diversas áreas das cidades, inclusive – ou, talvez, seria melhor dizer principalmente?! – naqueles bairros mais centrais onde estão localizados bens patrimoniais imóveis com valor cultural e histórico já reconhecido pelas políticas públicas de preservação, ou que se tem interesse em preservar.

Esses processos de intervenção, revitalização, reabilitação, revalorização, requalificação, etc., de núcleos urbanos históricos fazem parte de um tipo de planejamento em que a cultura aparece como a estratégia principal, possibilitando a efetiva inserção das cidades em uma competitiva rede global cultural (Choay, 2019; Jeudy, 2005). Diversos equipamentos culturais, inseridos nesse contexto, passam a ser entendidos como elementos representativos e estruturadores das políticas patrimoniais nesses locais, adquirindo uma nova importância econômica e social. Entretanto, esse valor atribuído ao patrimônio edificado, e que é reafirmado nas políticas públicas de preservação, não deveria ser elaborado a partir de ‘técnicas’ tão excludentes das relações com as pessoas, principalmente com as comunidades do entorno, que acabam precisando deixar a área por conta do alto custo de vida trazido por esse tipo de projeto de cidade. Assim, nada mais apropriado do que optar por tratar de uma temática que também envolve analisar processos de gentrificação em áreas patrimoniais, uma vez que essas propostas de intervenção urbanística já fazem parte da realidade de qualquer grande cidade do mundo.

A investigação irá se concentrar na análise de dois edifícios simbólicos na paisagem da cidade do Recife. Um deles está situado em um bairro histórico - que tem o seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) -, o Edifício Chanteclair (Figura 4). A edificação está situada no Bairro do Recife, no Pólo Cais da Alfândega, e seu tombamento faz parte de um projeto maior de remodelação do sítio histórico. “Tendo como pano de fundo esse planejamento estratégico e suas características de reabilitação de áreas portuárias por meio de um urbanismo monumentalista – com a presença de edifícios âncora de arquitetura de grife -, pode-se dizer que” (Bonates, 2009, p.67) Recife também aderiu a esse novo modelo. O segundo objeto de análise da pesquisa é o Edifício Holiday (Figura 5). Um edifício projetado para o uso misto construído no ano de 1957, localizado no bairro de Boa Viagem.

Por apresentar um péssimo estado de conservação, no ano de 2019 foi esvaziado e interditado e, desde esta data, encontra-se fechado.



Figura 4. Foto do Edifício Chanteclair, no Bairro do Recife, 2023. Fonte: Folha de Pernambuco; <https://www.folhape.com.br/especiais/edificio-chanteclair-conheca-a-historia-do-predio-emblematico/266473/>

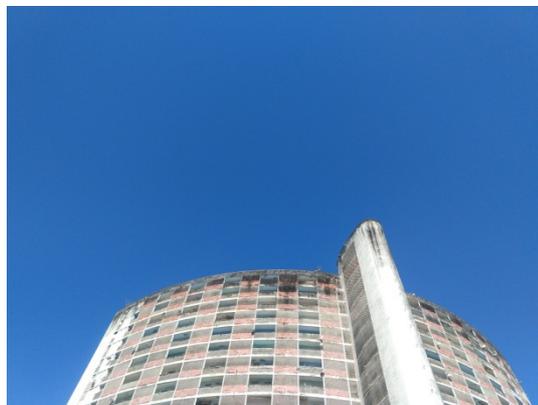


Figura 5. Foto do Edifício Holiday, em Boa Viagem, 2019. Fonte: Acervo Pessoal, foto: Beatriz Meunier

Interessa também entender as relações entre esses edifícios e seus núcleos urbanos, procurando avaliar se eles partilham alguma característica, se estão de alguma maneira interligados, tanto do ponto de vista histórico e simbólico, quanto do social, além de analisar se estão em acordo com as proteções previstas legalmente. Por fim, a pesquisa pretende questionar essas ações – ou justamente a falta delas – do poder público devido à grande preocupação com as condições das áreas patrimoniais, com a relação entre as pessoas e a cidade que se deseja preservar ao longo do tempo.

Desse modo, para responder as questões que envolvem esse tema, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Patrimônio e Cidade*, apresenta os diversos significados e entendimentos da palavra patrimônio, e como a sociedade se relacionou com essas ideias e modificou esse conceito ao longo dos anos. Além de explicar de que maneira outros valores que estão associados ao patrimônio ampliam essas ideias, e como isso interfere na compreensão sobre cidade, atualmente.

O capítulo dois, que tem o título *Uma cidade e múltiplas realidades*, é baseado em pesquisas bibliográficas sobre a cidade do Recife e sobre o histórico dos dois edifícios escolhidos como estudo de caso. Desenvolvendo-se assim no intuito de

apresentar o Chanteclair e o Holiday, e ao elaborar uma análise em torno dos processos de patrimonialização - ou da falta deles - no histórico de cada um dos edifícios, construir também uma crítica em torno das políticas públicas de preservação do patrimônio edificado da cidade do Recife.

E o capítulo três, *Patrimônio e Gentrificação*, apresenta uma discussão que ao relacionar patrimônio, especulação imobiliária e gentrificação busca responder a pergunta que foi definitiva para suscitar essa pesquisa: o que significa a ação de preservar na cidade do Recife? Esse questionamento se destaca e resume os problemas que o presente trabalho quer enfrentar quando se propõe a investigar sobre as tendências contemporâneas de desenvolvimento urbanístico.

CAPÍTULO 1 **PATRIMÔNIO**
E CIDADE



1. Patrimônio e cidade

1.1. O Patrimônio: de símbolo a mercadoria

O tempo, como se pode notar, é uma referência fundamental na discussão que se quer construir aqui. Passado, presente e futuro estão ligados e o hoje “é sempre um ponto em que nos situamos para olhar para frente ou para trás” (Calvino, 1993, p.14), como pontuou tão bem Calvino. E, é na passagem do tempo que a maneira de compreender o patrimônio sofre grandes transformações.

O termo “patrimônio”, atualmente, tem sido motivo de muitas especulações acerca de sua origem, seus possíveis significados e de sua importância para a sociedade. A autora Françoise Choay, logo na primeira frase de seu livro intitulado *Alegoria do Patrimônio* - que trata a noção de monumento e patrimônio -, diz que “esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.” (Choay, 2019, p.11) E, realmente, essa palavra em seu significado original – que vem do latim *patrimonium* – estava ligada às estruturas familiares e às leis de cada lugar, referindo-se aos bens de família, transmitidos por herança de pais para seus filhos. Essa definição não deixou de existir. Entretanto, no seu trajeto através da história, recebeu vários outros significados e adjetivos, cultural, histórico, imaterial, natural, arqueológico, genético, entre outros, o que faz dela uma palavra polissêmica.

Por volta de 1930, o movimento modernista e os ideais difundidos pelos intelectuais colaboraram para redefinir o modo de enxergar a cultura, fazendo despertar o interesse pela proteção do patrimônio cultural no mundo. A influência dos ideais causou a renovação das estruturas mentais e políticas da época, também no Brasil. E, assim, veio a necessidade de se criar o Decreto-Lei nº25 para garantir a preservação dos bens culturais identificados enquanto portadores de referência à memória, e à identidade de diferentes grupos formadores da nação brasileira.

Sendo assim, a noção moderna de patrimônio mantém o seu sentido de herança e legado, mas as discussões sobre patrimônio, que se intensificaram nas décadas de 1960 e 1970², ajudam a alargar as fronteiras de sua definição. Nesse período, foram realizadas várias reuniões, conferências e encontros, que deram origem a inúmeros documentos com o objetivo de proteção ao patrimônio – políticas e diretrizes de proteção patrimonial conformadas a partir de uma perspectiva muito mais

² “Discursos de memória de um novo tipo emergiram pela primeira vez no ocidente depois da década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas.” (Huyssen, 2000, p.10)

ampliada em relação ao que se entendia anteriormente. De acordo com a autora Judite Primo em Cadernos de Museologia, “O primeiro grande passo para alteração do referido cenário foi dado em 1964, através da Carta de Veneza, aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, e que veio legitimar um novo conceito de monumento” (Primo, 2007).

Apesar desses avanços, as restrições e desigualdades com relação a essa temática ainda podem ser percebidas em diversas instâncias. Embora no Brasil já exista um amplo marco legal que atribui ao Iphan o dever de proteger os bens culturais brasileiros – códigos que vão do Decreto-lei nº25, vigente desde 1937 ao Decreto 3.551 de 2000 –, na prática, alguns patrimônios ainda tem importância secundária. Dentro ou fora do Iphan, os critérios de seleção para o que deveria ser preservado estão tradicionalmente vinculados a acontecimentos de relevância histórica, e o patrimônio arquitetônico sempre teve maior privilégio nessas disputas. (Pereira, 2018)

Mas é fundamental evidenciar que, a partir dos anos 1980, principalmente, foi sendo redesenhada uma nova conjuntura, marcada por reivindicações de outros grupos sociais, resultando em revisões críticas desses antigos critérios em favor de abordagem mais ampla. Essas mudanças de perspectivas vão ganhando destaque e sendo “visualizadas” nos códigos, como na Constituição Federal de 1988 que reconhece novos valores estabelecendo uma nova noção de Patrimônio Cultural. De acordo com a CF/88, em seu artigo 216³, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 2016).

Verifica-se que, especialmente frente às questões de um mundo globalizado, as normas jurídicas respondem com constante transformação, de forma que, nesse processo, devem-se identificar as complexas redes de relações que permeiam os bens culturais. Aliás, a globalização proporcionou grandes mudanças políticas, econômicas, e sociais. E, atualmente, já se tem a compreensão que os impactos dela são muitos e capazes de transformar, inclusive, as culturas locais. A circulação de informações e a

³ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003) I—as formas de expressão; II—os modos de criar, fazer e viver; III—as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV—as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V—os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 2016)

aproximação entre sociedades têm interferido diretamente na forma de compreender e também de relacionar-se com o patrimônio. Hoje o patrimônio cultural é capaz de criar competitividade entre os lugares na atração de recursos financeiros, constituindo-se também como capital cultural.

O pesquisador George Yúdice, uma das principais referências para estudo da cultura na atualidade, faz uma boa discussão sobre o tema da relação da sociedade contemporânea com a cultura, no livro *Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. No texto, ele ressalta que

“a cultura como recurso é muito mais do que uma mercadoria; ela é o eixo de uma nova estrutura epistêmica na qual a ideologia e aquilo que Foucault denominou sociedade disciplinar são absorvidas por uma racionalidade econômica ou ecológica, de tal forma que o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento tornam-se prioritários” (YUDICE, 2006)

Nesse panorama, observamos o grande desenvolvimento de uma chamada indústria da cultura ‘musealizante’ e de culto a memória. E o patrimônio cultural passa a fazer parte das lógicas da economia, transformando-se em um tipo de produto do mercado global.

1.2. A cidade: por entre os passos e mudanças que vieram com o tempo

“A cidade é um lugar grandioso, uma libertação, um novo mundo, e também uma nova opressão” (Lynch, 1999, p.15)

E as cidades? Elas também nem sempre foram da forma como conhecemos hoje. A industrialização da sociedade ocidental, o desenvolvimento tecnológico, o abandono do campo, e muitos outros acontecimentos, modificaram as formas de viver, trabalhar e compreender as cidades. E, ao longo da história, diversos artistas e intelectuais manifestaram suas visões de mundo – muitas vezes revelando o apego ao passado e também as projeções de futuro – em suas obras sobre o tema da modernidade. Deste modo, provocar reflexões, ao trazer um pouco do que pode representar pensamentos e emoções das pessoas com relação à vida nas cidades, foi justamente a intenção, ao abrir esse trabalho com duas poesias: *Evocação ao Recife*, de Manoel Bandeira e *Tarde no Recife*, de Joaquim Cardozo. Ambas foram escritas em 1925 por autores pernambucanos, que retratam suas percepções e seus

sentimentos sobre o Recife que conheciam.⁴ Na época, o crescimento das cidades brasileiras, que se acentuou consideravelmente no decorrer do século XX, trouxe consigo rupturas e permanências que incidiram – e até hoje se percebem os efeitos – nos processos de produção e estruturação do espaço urbano, em decorrência da concentração da população nos grandes centros urbanos.

Nesse ponto, faz-se necessário especificar algumas condições que nortearão esse trabalho. São muitos os que desenvolveram teorias sobre problemas filosóficos, econômicos, sociais, culturais, estéticos enfrentados em sua época, e escreveram uma série de obras importantes para o século XX, o que os faz serem referência até hoje. Suas contribuições atravessam o tempo. Assim, diante de um assunto complexo, sobressai a necessidade selecionar alguns estudiosos para que se possa pensar o tema sob diferentes abordagens e métodos de interpretação adotados. Um teórico muito influente, em tempos atuais, que contribuiu para a análise e construção – e constante desconstrução, reconstrução – de conceitos sobre a vida nas cidades, e as transformações decorridas no âmbito da modernidade até os tempos atuais é o filósofo estadunidense Marshall Berman.

Em *Um século em Nova York: espetáculo em Times Square*⁵, Berman conta sobre a relação dele com a cidade por meio da descrição de experiências sensoriais particulares. Ao longo do texto, o autor expõe a realidade metropolitana que envolve a área específica da *Times Square na cidade* de Nova York, destacando-se principalmente os processos de industrialização e os avanços tecnológicos, o ‘apego’ aos anúncios, a congestão de informações, a cultura do entretenimento, a experiência na multidão e o modo de formação dos vínculos entre as pessoas. Contudo, hoje se entende que esses fenômenos podem ser comprovados em diversas cidades no mundo todo – como se pode ver na notícia do O Globo de 2020 (Figura 6), que atesta a forma que essas influências atingem o Brasil –, pois representam elementos estruturantes na construção do imaginário da vida moderna.

⁴ As palavras dos poetas mostram uma ligação íntima com a cidade do Recife através da descrição dos acontecimentos da cidade, suas experiências particulares e também dos sentimentos de nostalgia, melancolia etc.

⁵ Em inglês, *On the Town*, publicado em 2006. A versão em português somente foi publicada em 2009.

ECONOMIA • TEASER

Times Square no Brasil? Iniciativa privada quer criar distritos comerciais no país, como em NY

Neste modelo, somente o empresariado arcaria com os custos de manutenção. Medida, porém, depende de Emenda à Constituição para vigorar

Glaucete Cavalcanti
 14/11/2020 - 10:08



Figura 6. Cópia da chamada de notícia sobre uma “Times Square no Brasil, 2020. Fonte: O Globo <https://oglobo.globo.com/economia/times-square-no-brasil-iniciativa-privada-quer-criar-distritos-comerciais-no-pais-como-em-ny-24746213>

Ademais, é preciso acrescentar uma nova camada que influenciará na ampliação do entendimento desse tema, além de demonstrar a aplicabilidade da discussão ao universo da Museologia. Trata-se da relação complexa que se estabelece entre Cultura do entretenimento, Consumo, Turismo cultural, Museus e Preservação de bens culturais, temas que não escapam à experiência contemporânea nas cidades. E que se manifestam de uma forma bastante característica em centros urbanos históricos. Essas são cidades seculares que refletem, em seu tecido urbano, múltiplas ações sociais, “sucessivas materializações de poder, de modos de ser e estar no mundo, formando um panorama carregado de tensões e disputas, de memória e de esquecimento” (CHAGAS; STORINO, 2014, p.75).

A indústria cultural dá às cidades históricas um *status* de museus a céu aberto, e elas se tornam lugar e objeto de consumo da sociedade contemporânea. Elas, através de monumentos, edificações, diversos equipamentos públicos - principalmente museus, igrejas históricas e espaços expositivos – e grandes eventos com apelo cultural, são “comercializadas” como lugar que oferece vários atrativos. Inclusive a ideia de permitir o contato com a história do lugar e novas experiências. Atualmente, todos esses espaços são percebidos pelo Estado como mercadorias de políticas patrimoniais. E, desse modo, são utilizados para realizar projetos públicos com o apelo do consumo cultural, para promover a valorização das cidades, estetizando e invisibilizando, muitas vezes, os conflitos sociais presentes na sociedade. São projetos de cidade que tradicionalmente produzem violência, criados, sobretudo, para favorecer as camadas sociais mais altas da população e também os turistas.

E mesmo que os sujeitos não tenham consciência, ainda assim, são afetados por essas situações, que são consequências do tempo no qual existem.

CAPÍTULO 2 **UMA CIDADE E** **MÚLTIPLAS REALIDADES**



2. Uma cidade e múltiplas realidades

O espaço da cidade é o espaço vivido, instituído a partir das maneiras pelas quais as sociedades o utilizam, e como tal possui uma dinâmica própria, em permanente transformação, assim como constantemente se atualizam as relações sociais e simbólicas dos sujeitos que sobre ele atuam. (Chagas; Storino, 2014, p.75)

A cidade do Recife (Figura 7), capital do estado de Pernambuco, é uma das mais antigas cidades do Brasil, oficialmente fundada em 1537, a partir do processo de colonização empreendido pelos portugueses, que perdurou por séculos. A história da cidade está intrinsecamente vinculada a esses processos, e, até os dias de hoje, ao andar pela cidade, é possível perceber bastantes vestígios desse tempo. E são muitas, as camadas de memórias. Caminhar pelas ruas é com certeza uma ótima forma de se conhecer essa cidade, pois, em cada captura da paisagem, em cada descoberta de detalhes, vai se criando a conexão entre o espectador e todo o seu entorno. Os rios, as pontes, o formato das ruas, os sobrados, os edifícios, as praças, os palácios, e também as pedras das calçadas portuguesas que encontramos no caminho são parte desse Recife.⁶



Figura 7. Foto da vista aérea do Bairro do Recife, bairro onde começou o Recife. Fonte: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/aspectos-urbanisticos-e-ambientais-do-recife?op=NT14Mg==>, Foto: Sol Pulquério/PCR

⁶ Algo como o flâneur Charles Baudelaire, à vontade no espaço público, submetendo-se a um ritmo próprio no passeio pelas ruas da cidade. (Baudelaire, 2010; Benjamin,)

No entanto, passeios pela cidade não são a única maneira de conhecê-la. Durante muito tempo, a construção do patrimônio cultural brasileiro – tanto a origem das ideias e construção da noção de patrimônio, quanto à própria seleção e ações de preservação dos bens – estabeleceu-se exclusivamente a partir de perspectivas colonialistas, européias e imperialistas, que, por serem hegemônicas, marginalizaram outras culturas, crenças, costumes e tradições. E essas perspectivas, esses pontos de vista, desencadeiam manifestações em diversos âmbitos de forma significativa. A escola, por exemplo, é outro lugar muito importante, e que, desde muito cedo, já nos apresenta a cidade, ensinando e estimulando a valorizar o patrimônio cultural, histórico e arquitetônico. E assim, ela exerce um papel fundamental na formação da identidade cultural da sociedade brasileira.

E isso não é por acaso. A formação dessa ideia – como foi anunciado nas linhas anteriores - é um projeto, que, a partir de um conjunto de valores simbólicos, – uma língua comum, uma bandeira, uma história, um folclore etc. – permite a constituição de uma nação, a criação de um senso de comunidade entre as pessoas⁷ de determinado lugar. Na mesma direção, Stuart Hall, um importante teórico em estudos culturais, defende em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade” que

as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2006, p.50).

Por consequência, fica mais fácil entender porque nos identificamos com o que nos identificamos. E compreende-se que a concepção de valor dos bens culturais e da história local é uma escolha – o que não quer dizer que seja uma escolha de todos os grupos sociais –, um tipo de invenção desenvolvida por meio de narrativas moldadas ao longo de séculos.

E foi mais ou menos por esse caminho que esse trabalho surgiu. A partir da reflexão e de questionamentos que procuram interligar cultura, patrimônio, memória, identidade – individual e coletiva –, e que tem a cidade do Recife como ponto de encontro. Concentrando-se principalmente sobre os edifícios e/ou espaços que

⁷ As divisões em nossa sociedade são tão profundas, particularmente as divisões de raça, classe e gênero, que muitos teóricos feministas alegariam que falar sobre pessoas em geral é ideologicamente perigoso, porque obscurece o fato de que ninguém é simplesmente uma pessoa; ao contrário, é constituído fundamentalmente por raça, classe e gênero. Esses fatores moldam cada aspecto de nossas vidas. (Jaggar, p.171, 1988)

compõem a cidade e constituem-se como elementos marcantes na paisagem. Mas também, é claro, para as pessoas que vivem esses espaços e fazem deles verdadeiros símbolos. Em concordância com o exposto por Mário Chagas e Claudia Storino no artigo Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty, a cidade,

sob o ponto de vista de sua representação simbólica, [...] possui a dualidade estrutural presente nos objetos museológicos a que se refere José Reginaldo Santos Gonçalves: “uma dimensão contingente e perecível, como objetos materiais, e uma dimensão abstrata e transcendente, como representações de ideais e valores sociais” (Chagas; Storino, 2014, p. 75 *apud* Gonçalves, 2003)

Além disso, é importante dizer aqui também que, decerto, a escolha desse tema envolve questões individuais. Durante tanto tempo de pesquisa sobre patrimônio, nas buscas por respostas em diversos autores importantes, encontrei esse texto por acaso. E mais uma vez, faz-se necessário trazer Mário Chagas:

Pessoalmente, sinto-me instigado a pensar que ao lado de uma herança paterna, tenho também uma herança materna e mais ainda uma herança amiga e fraterna. Assim como falo em patrimônio, eu deveria falar em matrimônio, não para me referir à união conjugal, mas no sentido de uma herança de vida, de uma conexão com a grande mãe, de uma opção pelo sensível, de uma forma especial de olhar o mundo (Chagas, 2002, p.21)

A leitura desse pequeno trecho escrito por ele fez pensar na minha mãe e no papel tão importante que ela exerce na minha vida. Porque foi também a partir das conversas que temos, e das histórias que ela partilhou – e continua compartilhando – sobre a nossa família ao longo de tantos anos; dos passeios pela cidade quando criança; das fotografias que meu avô tirava dos casarios coloniais, das pontes, e barcaças atracadas no Rio Capibaribe – e que até hoje guardamos algumas, como a foto da Figura 8 –, que foi possível criar uma grande conexão e intimidade com o patrimônio histórico do Recife. E com o Bairro do Recife – o Recife Antigo como se diz corriqueiramente –, com a praia de Boa Viagem, e com muitos outros bens culturais de nossa cidade. Eu amo Recife e aprendi a amá-la por conta da história da minha família, também. Deste modo, a escolha do Chanteclair e do Holiday como objetos principais desse estudo não são um mero acaso.



Figura 8. Foto que retrata barcaças atracadas no Cais da Alfândega, e estivadores descarregando o açúcar, 1950. Fonte: Acervo Pessoal, foto: Francisco Rodrigues, avô materno da autora.

Paralelamente a isso, os dois objetos do estudo foram escolhidos diante de uma preocupação em compreender as dinâmicas em torno das definições das políticas públicas de preservação do patrimônio edificado, e seus impactos no contexto atual tão complexo de nossas cidades. A temática da preservação passa essencialmente pela discussão da melhor forma de criar e manter a relação dialética antigo-novo com as diversas construções arquitetônicas que estão inseridas no espaço urbano. E, essa 'melhor forma' vai depender sobremaneira da perspectiva dos profissionais responsáveis por desenvolver as leis de gestão urbana. Entretanto, tem-se a suspeita de que as políticas nem sempre asseguram a preservação de tudo aquilo que realmente deve ser salvaguardado, a partir das necessidades bastante diversas da sociedade. É preciso fortalecer a ideia de que não devem ser só os valores históricos e/ou estéticos a nortear essas decisões.

2.1. Chanteclair

O Edifício Chanteclair é um edifício marcante na paisagem da cidade do Recife. Nas Figuras 9 e 10 é possível apreendê-lo como um “conjunto monumental caracterizado pelo tratamento volumétrico e decorativo de seis imóveis em um único volume” (Passos, 2012).



Figura 9. Foto de vista aérea com o Chanteclair marcando a paisagem do Cais da Alfândega, 2022. Fonte: <https://www.folhape.com.br/colunistas/tv-aurora/edf-chanteclair-recebe-a-casacor-pernambuco-2022/3372\4/>



Figura 10. Foto de detalhes decorativos da fachada do Edifício Chanteclair, 2012. Fonte: <http://jorgepassos.com.br/chanteclair-projetos.php>. Acervo Jorge Passos.

Está situado no Bairro do Recife – ver mapa na Figura 11 –, às margens do Rio Capibaribe, no Pólo Cais da Alfândega, ocupando uma quadra inteira, formada pela Avenida Marquês de Olinda, Rua Madre de Deus, Vigário Tenório e Cais da Alfândega. Nesse contexto, tendo em vista a sua localização no reconhecido bairro histórico da cidade, já é possível de se imaginar que esse imóvel é sustentado por muitos anos de história. Por conta da falta de documentos que registrem sua construção, estima-se que ela tenha ocorrido entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, justamente quando o bairro passou por grandes mudanças urbanísticas, que consistiram em ampla reforma do tecido urbano, e um projeto de modernização do Porto do Recife. O fato é que por volta de 1920 ele já fazia parte da paisagem da cidade, como se pode ver na Figura 12.



Figura 11. Mapa do Recife com o Bairro do Recife em destaque. 2023. Fonte: Google Maps.



Figura 12. Foto com o Edifício Chanteclair à direita da imagem, por volta da década de 1920. Fonte: Acervo Fidanza/Laboratório Liber UFPE/Francisco Lima Filho-Passarinho.

Nesse tempo, a França era um dos países mais importantes do mundo, e seu poder econômico e cultural “influenciou o comportamento das elites, determinando modelos de vida social e referências intelectuais, desde a filosofia até a moda, da gastronomia à literatura” (Peter, 2007, p.1). E isso atingiu o Recife. O Recife também queria ser moderno, substituindo a imagem de cidade colonial – um processo de busca pelo ‘progresso’, elitização/ higienização – por uma que remetesse ao desenvolvimento, prosperidade e civilidade. E, a partir de então, a área perdeu grande parte das residências, maiores avenidas foram construídas, e novos prédios imponentes foram erguidos – seguindo ideias semelhantes as do Plano Urbanístico de Paris elaborado por Haussmann, prefeito da cidade. O edifício Chanteclair faz parte da paisagem do Recife desde essa época.

Mas, na verdade, ele não foi inaugurado com esse nome. De início foi construído por encomenda de comerciantes portugueses para abrigar armazéns e escritórios. A partir de 1932, passou a ser propriedade da Santa Casa de Misericórdia, e então tornou-se um prédio de uso misto, com comércio no térreo e residências nos pavimentos superiores. O nome Chanteclair – uma palavra que vem do francês, e significa “canto claro” – aparece em um momento de desvalorização do imóvel, quando moradores o abandonam e o primeiro andar passa a ser ocupado por uma boate que tinha esse nome. Essa mudança, com o passar do tempo, abriu espaço para outras boates, casas de shows, pensões, prostíbulos etc., fato que desvalorizou

ainda mais o imóvel aos olhos da sociedade recifense tradicional. E desse modo, o crescente movimento e agitação do Chanteclair vai anunciando também a decadência e degradação do bairro. No final dos anos 70, o Bairro do Recife e, por consequência, o Chanteclair, vazios, deterioraram-se em alto grau.

Realmente são muitas histórias que envolvem a presença do Chanteclair no Bairro do Recife. E elas são fundamentais para justificar a sua significância para a cidade – ou, melhor dizendo, a importância que ele tem, ou que já teve no imaginário de um grupo específico de recifenses –, entretanto aqui se pretende fazer somente um resumo. É provável que, devido a tantos fatos controversos, o Chanteclair tenha adquirido muita fama no Recife, e essa ‘notoriedade’ com certeza colaborou para que ele fosse alvo de registros e representações das mais variadas formas. Tereza Costa Rêgo⁸, renomada artista pernambucana, representou a sua narrativa sobre essa história em suas obras, que compreendem a fase dos “bordéis pernambucanos”. E, nessa série de pinturas, marinheiros, prostitutas, o Bairro do Recife e o Chanteclair – “um lugar recorrente na memória e obra de Tereza Costa Rêgo” (Oliveira, 2013, p.14) –, ajudam a construir o cenário artístico da pintora (Figura13).



Figura 13. Telas de Tereza Costa Rêgo que fazem parte da série ‘bordéis pernambucanos’ em sequência: 1 – Tela “Bairro do Recife”, 92; 2 – “Tela Bairro do Recife I”, 1992; 3 – “Tela Os Marinheiros bebem e vão”. <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/261/2/Naiara%20Gomes%20-%20Mestrado%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final%202013%20PPGDCI%20UEFS.pdf>

⁸ Tereza Costa Rêgo, a principal voz feminina do modernismo pernambucano, pois toda pintura, toda pincelada [...] é o resultado de uma vida vivida em plenitude, sempre comprometida com o seu tempo e projetando suas pesquisas e sentimentos na direção de uma arte voltada para ações nas quais a beleza seja o instrumento da verdade, do saber e do conhecimento. Por isso, a pintura de Tereza Costa Rêgo é um canto, uma luz na escuridão, uma revelação. (Marcus Lontra em Tereza Costa Rêgo: a liberdade em vermelho. 2021, p.11.)

Mas não só isso. Essas representações são uma forma de recontar o passado, valorizar acontecimentos históricos, trazendo essas memórias de grupos sociais para o presente. Assim é o espírito de nosso tempo.⁹ Por conseguinte, esses novos paradigmas da sociedade começam a ser refletidos nas legislações. No ano de 1979, entra em vigor a Lei municipal de proteção de sítios históricos – Lei nº 13.957, de 26/12/79. Apenas a partir de 1993, entretanto, – somente um ano após a data das telas de Tereza Costa Rêgo, já que as telas datam de 1992 – é que realmente tem início “um processo mais contínuo e sustentado de revitalização nessa área” (Zárate; Moreira, 2010, p.4). Contudo, as efetivas transformações no Pólo Cais da Alfândega iniciam-se de fato com o Monumenta¹⁰ – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano –, “o primeiro programa de financiamento do patrimônio histórico com abrangência nacional e ação continuada” (Zárate; Moreira, 2010, p.4), que foi desenvolvido entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O programa só foi implantado após o tombamento do Bairro do Recife. Então, o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Bairro do Recife foi inscrito no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o n.º 119, datado de 15 de dezembro de 1998 e no livro do Tombo de Belas Artes, sob o n.º 614, na mesma data (Processo 1168-T-85). O Edifício Chanteclair está nesse polígono de preservação, integrando um conjunto de monumentos formado por edifícios de estilo eclético.

Essas ações oportunizaram muita especulação – tanto no sentido de pressuposições como também de especulação imobiliária – e muitos projetos foram anunciados para o bairro como um todo. Em específico para o Chanteclair, já foi proposto um hotel; em outro momento um centro cultural¹¹, mas nada foi realmente executado. No ano de 2001, iniciou-se estudo e projeto de restauração das fachadas do imóvel¹², que possibilitou o entendimento do estado de conservação, constatando

⁹ O culto ao passado acontece de forma generalizada no mundo, uma tentativa de manter as memórias protegidas, fruto da emergência por construir uma nova relação identitária entre as pessoas e os lugares. E a velocidade de informações vivida pela sociedade é uma das possíveis justificativas para essa tendência atual.

¹⁰ O programa buscou conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social, e que teve sua atuação prioritariamente em 26 cidades históricas protegidas pelo órgão.

¹¹ Centro Cultural com um complexo de oito salas de cinema, hall de exposições, livraria e um café.

¹² O Projeto Executivo de Restauração das Fachadas do Edifício Chanteclair é da autoria do arquiteto Jorge Passos, e mais detalhes da obra podem ser encontrados no site de seu escritório. www.jorgepassos.com.br.

um elevado estado de deterioração. O edifício estava praticamente sem coberta e forros, e muitas paredes e pisos estragados. Em 2003 começaram o trabalho de restauro, que foi paralisado por falta de recursos. Esse projeto de intervenção se tratava de uma parceria público-privada entre o Programa Monumenta/BID, a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e a iniciativa privada¹³, significando em um investimento de R\$ 9 milhões para executar todas as obras necessárias. Entretanto, a empresa acabou por abandonar o projeto e a responsabilidade ficou com a PCR, tanto com relação ao restauro como para buscar novas parcerias com a iniciativa privada. Porém, o que de fato aconteceu foi que de 2004 até 2010, o Chanteclair continuou vazio e se deteriorando, como se poder ver nas Figuras 14, 15, 16 e 17.



Figura 14. Foto da fachada do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2007. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ermo/3163671256>. Foto: Acervo Pedro Valadares.



Figura 15. Foto da fachada do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2007. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ermo/3163671256>. Foto: Acervo Pedro Valadares.

¹³ Na época, a empresa Alfândega Empreendimentos seria responsável por financiar a recuperação da parte interna do edifício e também pela gestão do Espaço Cultural proposto.



Figura 16. Foto do interior do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2008. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ermo/3163671256>. Foto: Acervo Pedro Valadares.



Figura 17. Foto do Edifício Chanteclair em estado de deterioração, 2008. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ermo/3163671256>. Foto: Acervo Pedro Valadares.

Somente no final de 2010 as obras de recuperação da fachada (Figura 18) voltaram a acontecer e foram concluídas em maio de 2012.



Figura 18. Foto da obra de recuperação da fachada do Edifício Chanteclair, por volta de 2012. Fonte: <http://jorgepassos.com.br/chanteclair-projetos.php>. Acervo Jorge Passos.

Foi por conta de uma determinação da justiça, acionada pelo Iphan¹⁴, que os responsáveis providenciaram a restauração. Mas o Chanteclair continuou sem uso (Figuras 19 e 20), apesar de uma nova proposta de ocupação ter sido recebida e aprovada pelo Iphan.



Figura 19. Foto do Edifício Chanteclair restaurado e fechado, 2018. Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/chantecler-o-edificio-ocno-coracao-do-recife.html>. Foto: Acervo Diário de Pernambuco.



Figura 20. Foto do Edifício Chanteclair restaurado e fechado, 2016. Fonte: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2016/01/restauracao-longe-de-ser-concluida.html>. Foto: Acervo Diário de Pernambuco.

Segundo informações obtidas em jornais, o prédio ainda é da Santa Casa de Misericórdia, no entanto é a empresa Realesis Empreendimentos – a mesma gestora do Complexo Paço Alfândega – que tem a cessão de uso¹⁵ do imóvel.¹⁶ E questões de viabilidade econômica parecem ser a maior dificuldade dos empresários para colocar propostas em prática e dar alguma função ao monumento.

Em matéria publicada no Diário de Pernambuco¹⁶, em 2018, o arquiteto responsável pela obra de restauro da fachada, Jorge Passos, comenta detalhes sobre a obra e sobre a falta de uso do prédio: “a grande importância do edifício seria tê-lo vivo e com uma função. Não se restaura um prédio para que ele continue sem um destino. A obra já tem seis anos. Em breve ele vai começar a dar sinais de que precisa de manutenção.”

¹⁴ Como o imóvel é tombado o Iphan faz o monitoramento do bem.

¹⁵ Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. (Lima, 2002, p.6)

¹⁶ Essas foram as informações mais recentes sobre administração do prédio. Ler mais em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/07/chantecler-o-edificio-ocno-coracao-do-recife.amp.html>

Por fim, em 2022, após dez anos da conclusão das obras de restauro, o Chanteclair foi reaberto para receber o evento de Arquitetura e decoração CASACOR Pernambuco, que normalmente tem duração de pouco mais de um mês aberto a visitação pública. E, agora, de setembro a outubro de 2023, o evento se repete no mesmo local (Figura 21). Será que vai virar uma constante?!



Figura 21. Foto de divulgação da Casa Cor Pernambuco 2023 no Edifício Chanteclair, 2023. Fonte: <https://www.folhape.com.br/cultura/casacor-pernambuco-comeca-nesta-sexta-feira-22-saiba-mais/292597/>. Foto: Folha PE.

Mas a essa altura do texto não se pode deixar de questionar: que público é esse que tem condições de acessar esse evento? O patrimônio edificado do bairro do Recife é um patrimônio de/para todos?

2.2. Holiday

“Os elementos móveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias” (Lynch, 2011 p.1)

Assim como foi feito para apresentar o Chanteclair, faz-se necessário contextualizar o Edifício Holiday e a sua relação com a cidade do Recife, a partir de sua localização e contexto histórico. Portanto, saindo do centro, e atravessando diversas pontes (ver Figuras 22 e 23), vamos em direção a outro bairro, definido por

uma área litorânea extensa e importante para a cidade, e que, de maneira semelhante como aconteceu no Recife Antigo, teve uma vila de pescadores como o início de sua ocupação. O bairro em questão é o bairro de Boa Viagem, que nos primeiros anos do século XVII, quando começou a sua ocupação, ainda era uma área muito isolada do restante da cidade, e sem urbanização. (Pontual, 2018)



Figura 22. Foto Ponte Maurício de Nassau, 1943. Fonte: <https://images.app.goo.gl/fYf4Lsst3EWh1g1V8>. Coleção particular Charles S. Small.



Figura 23. Foto vista aérea de Recife com pontes e bairros históricos e Boa Viagem ao fundo da imagem, 2020. Fonte: https://conteudo.imguol.com.br/c/entretenimento/d9/2020/02/14/vista-aerea-de-recife-pernambuco-1581687065478_v2_4x3.jpg Getty images.

Até o início do século XX, o local era frequentado como uma praia de veraneio ou para lazer em fins de semana. (Jucá, 2004, p.134) E a maior parte da ocupação consistia em assentamentos centenários da vila dos pescadores, algumas casas, na igreja dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem (Figura 24) – construída em razão da devoção dos pescadores, no início dos anos 1700 – e duas bases militares. (Costa; Araújo, 2018, p. 238) Somente a inauguração da Avenida Beira Mar (Figura 25) – uma avenida margeando a orla –, no ano de 1925, é que permite uma maior circulação de bondes e carros, ao fazer a conexão entre o local e outras áreas urbanizadas da capital do Recife.¹⁷ A construção da avenida facilitou muito o acesso dos recifenses a Boa Viagem, o que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da área – classificada como área rural na legislação de 1936 –, e isso, juntamente a construção da Ponte do Pina, colaborou para o início da especulação imobiliária habitacional e turística no bairro. (Diniz; Pontual, 2018; Jucá, 2004, p.135)

¹⁷ É importante dizer que a construção da Avenida Boa Viagem está diretamente relacionada com o projeto de expansão e modernização urbana que também modificou o Bairro do Recife – tema apresentado no tópico anterior. E essas intervenções, essas mudanças urbanas de grande porte, na mesma medida que são caracterizadas por trazerem progresso para a cidade, também são responsáveis por alterar práticas sociais, ao derrubar extensas áreas construídas para abrir largas avenidas, e privilegiar o uso do automóvel.



Figura 24. Foto igreja Nossa Senhora da Boa Viagem. Fonte: <http://www.paroquiadaboaviagem.org/historia>



Figura 25. Foto Av. Beira mar de Boa Viagem, meados da década de 1920. Fonte: <https://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/recifeemtransformacao/boa-viagem-de-area-rural-ao-bairro-mais-verticalizado-do-recife/>

A partir da análise de imagens que registraram Boa viagem e também por meio de pesquisas em jornais da época, percebe-se que a ocupação do bairro mudou muito em pouco tempo. O rápido crescimento do bairro, as melhorias em infraestruturas e a consequente valorização da área atraiu grandes investimentos imobiliários para Boa Viagem. Então, de uma área com poucas construções – casas, em sua maioria –, aonde os recifenses iam mais com o intuito de passeio, passou a um bairro com um caráter muito mais residencial. Para além disso, verifica-se que entre 1950 e 1960 “a população de Boa Viagem passou de 27.862 pessoas em 1950 para 75.600 em 1960” (Pontual, 2018), e esse aumento demográfico confirma o alto impacto dessas transformações na dinâmica urbana, no que se refere ao contexto do bairro e consequentemente do Recife.

Esse período, inclusive, tem grande significado para a história do bairro. Pois a partir de 1955, a paisagem de Boa Viagem alterou-se ainda mais, quando foi inaugurado o Hotel Boa Viagem (Figuras 26 e 27), nas proximidades da igreja, dando início ao seu processo de verticalização.



Figura 26. Foto vista aérea, Hotel Boa Viagem à esquerda e igreja à direita, meados da década de 1950.



Figura 27. Foto Hotel Boa Viagem, à beira mar.

O crescimento da cidade, o aumento da população e a ação do mercado imobiliário estabeleceram uma nova lógica de ocupação na cidade. Cinco anos depois, em 1960, mais três edifícios já despontavam na paisagem por conta da altura que alcançavam: o Edifício Acaiaca com 11 pavimentos, o Edifício Califórnia com 15 pavimentos e o Edifício Holiday (Figura 28) com 17 pavimentos. Altos para o padrão de Recife, eles logo se transformaram em pontos de referência para o bairro.



Figura 28. Foto vista aérea do bairro de Boa Viagem com o Edifício Holiday em destaque no centro da imagem, por volta do final de 1960 ou início de 1970. Fonte: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/21/da-inovacao-a-degradacao-holiday-representa-marco-arquitetonico-e-social-para-o-recife.ghtml>.

É interessante notar aqui também a mudança no paradigma cultural. O Recife que antes buscava se parecer com a França, passou a querer construir a cidade apropriando-se de elementos que fazem referência ao imaginário norte-americano: os nomes dos prédios Califórnia e Holiday são como um reflexo dessa mudança. – assim como o nome Chanteclair foi representativo do modelo cultural francês que o Recife queria se aproximar na época. Nos anos 50, os Estados Unidos afirmavam-se como superpotência capitalista, ganhando importância no cenário econômico mundial, e dessa maneira a sociedade norte-americana adquiria posição de hegemonia. A preservação desses patrimônios – Chanteclair, Holiday e tantos outros – é uma forma de manter presente no cotidiano da cidade valores e símbolos dessa época, definidos por esses aspectos histórico-sociais. No entanto, como já foi falado, as mudanças nas cidades são uma constante, assim, essas memórias tendem a transformar-se e

configurar-se de acordo com as condições do presente e as ações dos grupos humanos em cada tempo.

Um dos valores modernistas dos EUA nos anos 1950 era a verticalidade, de modo que, não por acaso, o desejo de reproduzir esse modelo repercutia em outros locais, inclusive no Recife. A busca por essa tendência, como mencionado anteriormente, faz do Holiday um dos primeiros arranha céus construídos no bairro de Boa Viagem, um ícone arquitetônico e social para o Recife e marco da expansão imobiliária na praia de Boa Viagem. Está localizado em terreno privilegiado, ocupando inteiramente uma única quadra, na Rua Sagueiro, número 73, a 50 metros da praia, entre a Avenida Conselheiro Aguiar e a Rua dos Navegantes (Figura 29).

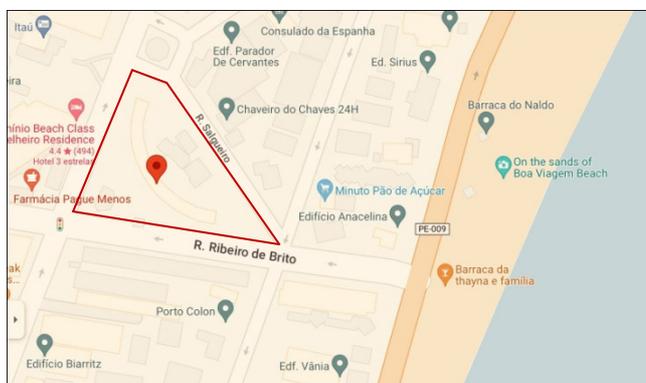


Figura 29. Mapa bairro de Boa Viagem com Edifício Holiday em destaque, 2023. Fonte: Google Maps.

O edifício foi projetado por Joaquim de Almeida Marques Rodrigues¹⁸ (Figura 30), um engenheiro civil nascido em Portugal e radicado no Brasil por volta de 1935. Ele, apesar de não ser arquiteto, foi responsável por muitos projetos de edifícios para Recife e Fortaleza – cidades onde morou durante anos. Quando o projeto ainda estava no papel – em torno de 1957, ano do projeto –, muito antes do início das obras, o Holiday já ganhava fama na cidade por meio de divulgação em jornais, especulação imobiliária e por despertar a curiosidade das pessoas (Figura 31). O engenheiro, entretanto, a despeito de ter seu nome associado ao projeto, não mais o considerava como sendo de sua autoria, por conta de modificações nas plantas do projeto terem sido feitas sem o seu aval.¹⁹ Portanto, a ideia original ficou comprometida e o interesse imobiliário prevaleceu.

¹⁸ Joaquim de Almeida Marques Rodrigues é irmão do avô materno da autora.

¹⁹ Essas informações foram contadas por Francisco Almeida Marques Rodrigues para Fátima Jucá, mãe da autora.

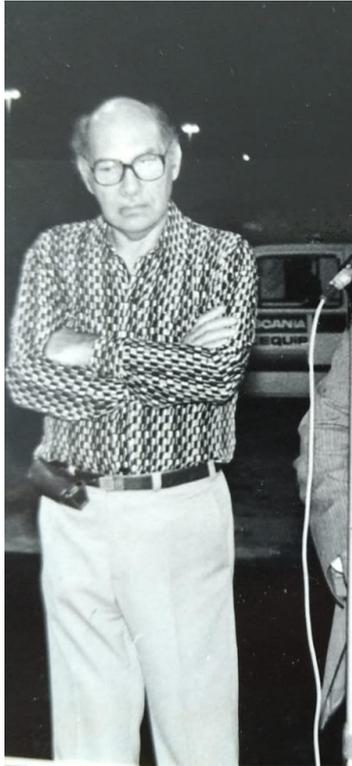


Figura 30. Foto do engenheiro Joaquim Rodrigues, 1984. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 31. Anúncio Edifício Holiday no jornal Diário de Pernambuco de 1958. Fonte: Hemeroteca digital.

No período da construção, a ousadia do projeto, o programa múltiplo, a solução arquitetônica para viabilizar a moradia em pequenas dimensões, a altura e o formato arrojado de meia-lua (Figura 32) chamavam atenção para o prédio, considerado moderno para a época.



Figura 32. Foto da fachada do Edifício Holiday, 2019. Fonte: Acervo pessoal, foto: Beatriz Meunier.

Um empreendimento imobiliário inovador, com conceito de uso misto – combinando serviços e comércio no térreo (Figura 33), e residências nos pavimentos superiores –, foi projetado com 28 unidades comerciais e 476 apartamentos distribuídos nos 17 andares com tipos de plantas variados – com quitinetes (Figura 34), um quarto e dois quartos; e a possibilidade de apartamentos conjugados.



Figura 33. Anúncio Edifício Holiday em que descreve e vende o módulo comercial do prédio, 5 de julho de 1960. Fonte: Diário de Pernambuco Hemeroteca Digital.

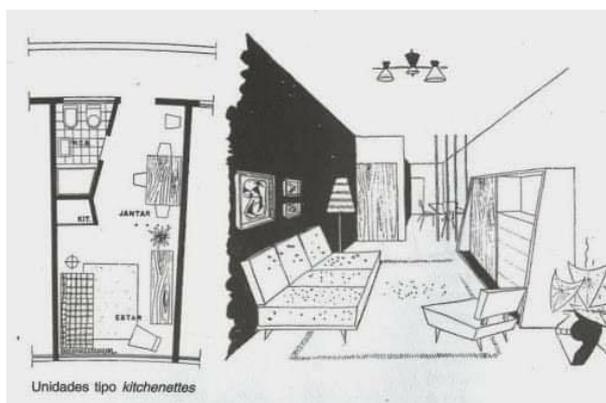


Figura 34. Imagem de parte do Folder do Edifício Holiday, com desenhos de planta e perspectiva de apartamento quitinete, 1957. Fonte: Acervo arquiteto Milton Botler.

O Holiday e o tipo de arquitetura que foi proposto por ele – grande bloco edificado, ensolarado, monumental, cruzado por grandes vias, e com diversos programas que convergem em um único projeto - faziam parte de contexto maior, refletido por um ideário disseminado nas teorias de arquitetura e urbanismo modernistas. Na mesma época, por volta da segunda metade da década de 1950, a cidade de Brasília²⁰ estava sendo construída totalmente baseada nesses princípios. Então, pode-se dizer que o pensamento modernista já era uma tendência bem consolidada, e em muitas cidades brasileiras buscava-se seguir essas novas ideias, também incorporando a arquitetura modernista no tecido urbano tradicional.

Importa destacar que o modernismo foi um movimento muito amplo que tinha o objetivo de romper com o tradicionalismo, e a implementação de seus conceitos ocasionou uma série de transformações sócio-culturais. Em relação a temas da

²⁰ É como se fosse a materialização da Carta de Atenas.

arquitetura e cidade, algumas ideias começaram a ser difundidas em conferências de arquitetos, e, os resultados, reunidos em cartas que vieram a se tornar importantes documentos. Dessa forma, um dos marcos do urbanismo modernista foi a Carta de Atenas (1931 e 1933). “Elaborada por um grupo internacional de arquitetos depois de uma série de congressos nos quais se discutiu como o paradigma da arquitetura moderna poderia responder aos problemas causados pelo rápido crescimento das cidades” (Irazábal, 2001). Os conceitos, orientações gerais e critérios definidos por ela impactaram – e até hoje impactam – na criação de políticas públicas, assim como na formulação de instrumentos legais para proteção do patrimônio histórico-cultural edificado. No Brasil, por exemplo, o ponto de partida para a efetiva proteção do patrimônio foi o Decreto-Lei 25/1937, conhecido como “Lei do Tombamento”, um reflexo do ideário difundido pelos modernistas.

O modernismo e a Carta de Atenas, ao mesmo tempo em que trazem diretrizes para preservação de monumentos, sítios históricos e do patrimônio edificado – edifícios isolados ou conjuntos urbanos – também sugerem ações de correção ou destruição de bairros, para que possam atender às condições mínimas de qualidade de vida – dentro de uma perspectiva generalista preconizada na época. Qualidade de vida essa que estava sendo determinada também a partir da construção de avenidas e arranha-céus, em algumas ocasiões, alicerçada na destruição de edificações e de um conjunto de histórias e memórias vinculadas a esses bens imóveis. Uma coisa se contrapõe a outra e observa-se como aí reside uma dificuldade. Há séculos, as camadas construídas da cidade²¹, formadas por significâncias e narrativas, se confrontam. E decidir aquilo que fica de pé e deve ser preservado, ou o que não merece proteção é complexo, controverso, segregador e resulta em realidades irreversíveis pautadas “tradicionalmente” por decisões hegemônicas e elitistas.²²

“A história não é linear nem anuncia apenas transformações saudáveis” (Rezende, 2021, p.13). O tempo passou e o Holiday continua famoso, porém com a inclusão de novos motivos. Atualmente, é um desses lugares que gera amplo debate entre muitos grupos da sociedade, ainda relacionado à importância para a cidade, mas também sobre suas condições físicas precárias e, até mesmo, sobre a possibilidade

²¹ Sobre as velhas estruturas, criam-se novas escalas de convivência.

²² Lembra-se aqui o caso relativo às obras para a construção da Dantas Barreto, por volta dos anos 70, que levou à destruição de ruas, travessas, casas populares e duas igrejas (do Paraíso e dos Martírios). Essas ações em prol do progresso e inovação causaram não só a destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos, mas também, o apagamento de memórias, a extinção de ritos, e dispersão de grupos sociais.

de sua demolição.²³ No entanto, paradoxalmente, é inegável o valor que o Holiday tem. O edifício é testemunha da história do Recife, além de ser um exemplar representativo do modernismo – em relação ao estilo, época e técnicas construtivas. Mas não só isso. O Holiday é também uma referência da alteração do modo de morar na cidade, representante de uma época em que as pessoas ainda começavam a se adaptar aos moldes da habitação coletiva e verticalizada.²⁴ Deste modo, muitas são as “provas” para certificar o seu valor e justificar a importância de ser preservado. Mas o fato é que, algum valor é reconhecido, contudo o patrimônio está em ruínas (Figura 35).



Figura 35. Foto do Edifício Holiday desocupado e em ruínas, 2021. Fonte: Jornal do Comércio <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/02/12028795-edificio-holiday--desocupado-ha-quase-dois-anos--sofre-com-furtos-e-vandalismo-quase-diaros.html> foto: Wellington Lima

Mesmo assim, o edifício domina a paisagem e oferece-se como ponto de referência no bairro de Boa Viagem até hoje.²⁵ A presença do Holiday na cidade é emblemática e simbólica, e isso também está relacionado com o seu “uso”, com a relação que as pessoas estabeleceram – e ainda estabelecem – com ele durante esses anos. A história dele pode ter começado como a promessa de projeto inovador, contudo, acabou se tornando mais famoso – uma fama em sentido negativo, da mesma forma que aconteceu com o Chanteclair, mas que não devem reduzi-lo a isso

²³ Muitas notícias sobre o Holiday estão disponíveis na internet, mas uma recém publicada faz um interessante resumo sobre a atual situação. Para ler acesse: <https://www.cbnrecife.com/a-rtigo/edificio-holiday-uma-historia-de-resistencia>.

²⁴ A verticalização foi uma solução para “resolver” o adensamento populacional causado pela demanda por habitação nos centros urbanos.

²⁵ Apesar de o adensamento urbano ser infinitamente maior hoje do que em 1960, o Holiday ainda consegue se destacar na paisagem.

– pelas associações com imagens de pobreza, promiscuidade, prostituição, segregação racial, tráfico e violência. Esses fatores criaram um estigma para o Holiday bastante difícil de ser apagado, algo que afeta não só a percepção sobre o prédio como também sobre os próprios moradores e/ou proprietários dos imóveis.

Todo esse cenário fez com que o Holiday atravessasse um processo de abandono e degradação por longos anos. “Segundo a administração do prédio, causados pela inadimplência de mais de metade dos moradores.²⁶ A degradação se vê na fachada do Holiday, mas também na fiação elétrica exposta nos longos corredores de apartamentos, na sujeira acumulada no chão.” (Betim, 2018) Além da falta de água frequente, elevadores quebrados, e toda uma falta de manutenção que, em 2019, culminou na desocupação e interdição do imóvel, a partir da justificativa de que ele pretensamente poderia oferecer riscos à população. Mais de duas mil pessoas moravam no Holiday e precisaram deixar suas casas, por conta do estado precário das instalações elétricas e a impossibilidade financeira dos moradores de executarem melhorias e reformas que eram mais urgentes. Mas também, deve ser dito, por causa da falência do poder público - e da sociedade no geral - em cuidar da vida de habitantes mais pobres.²⁷ Zelar pelo patrimônio edificado e pelas pessoas deve ser um dever de todos. E, ao analisar os casos do Chanteclair e do Holiday, fica cada vez mais claro que as ações do poder público de proteção ao patrimônio das famílias trabalhadoras e pobres muitas vezes – ou seria melhor dizer que sempre?! – acontecem de acordo com o que é mais conveniente para os interesses das elites.

Desde a análise que foi feita em torno do histórico do Chanteclair e das considerações sobre a trajetória de reconhecimento jurídico de sua relevância como objeto de valor patrimonial, observa-se que as dinâmicas sociais que tem o meio urbano como cenário refletem profundamente nas relações e ações vinculadas aos bens culturais. Tem-se aqui, no caso do Holiday, então, uma situação que convoca a questionar paradigmas e buscar novas soluções. Devendo, inclusive, considerar o fator da desigualdade – não apenas econômica, mas também cultural e política – como um produto dessas relações – historicamente problemáticas²⁸ – e suas

²⁶ Já nos anos 80 o avô da autora comentava com a filha que uma só pessoa já era proprietária de mais de 1/3 dos apartamentos.

²⁷ O descaso e ausência do poder público para algumas situações relacionadas a moradia tem em seu histórico o desabamento de um prédio modernista no centro de São Paulo e traz a tona a crise habitacional. Para ler mais: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/predio-que-desabou-em-sao-paulo-simboliza-ruinas-do-modernismo.shtml>

²⁸ No início do capítulo 2 são indicados alguns dos problemas trazidos com o processo de colonização.

interferências na criação de soluções, na obtenção de recursos, na proteção legal e conservação do patrimônio, na elaboração das leis etc. mais adequadas às especificidades da situação.

Não se pode desconsiderar que, o bairro de Boa Viagem (Figura 36) é um dos principais focos de atuação do mercado imobiliário habitacional do Recife, o que faz do território em que se encontra o Holiday um lugar muito cobiçado e disputado pela elite econômica pernambucana.²⁹ Essa condição distingue o Holiday a um caso cheio de ambivalências, por estar em um lugar valorizado – em janeiro de 2023 o valor do metro quadrado em Boa Viagem estava avaliado em R\$ 7.824/m² – e, ao mesmo tempo, sustentar o *status* de um objeto mal cuidado – como mostra na Figura 37 – e desvalorizado.



Figura 36. Foto da praia de Boa Viagem e prédios do bairro ao fundo, 2023. Fonte: <https://www.dreamcasa.com.br/blog/locais/tudo-sobre-morar-em-boa-viagem-recife.html>



Figura 37. Foto que exhibe a fachada mal cuidada, e sem conservação do Edifício Holiday, 2018. Fonte: El país. Foto: Alexandre Gondim.

Já se passaram quatro anos desde a desocupação do imóvel, que nesse período, foi invadido, depredado, saqueado etc. Constatar isso mostra o descaso com as pessoas que lá viviam, e aponta, entre outras coisas, como a temática da habitação de interesse social é tratada de forma marginal pelas políticas habitacionais governamentais. A gestão municipal se mostra inerte. Admira-se que nem mesmo a questão da relevância histórica, arquitetônica e paisagística “colabore” para forçar o compromisso com ações públicas realmente efetivas para esse caso.

Ou seja, há quase um século parâmetros e diretrizes relativas ao patrimônio dizem que “serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se corresponderem a um interesse geral...” (Le Corbusier, 1933) e, até hoje, influenciam diretamente nas ações de proteção ao patrimônio cultural nas cidades.

²⁹ Como já foi dito, a especulação imobiliária é um dos aspectos fundantes do bairro de Boa Viagem. Então, a integridade do Holiday está historicamente ameaçada pela especulação imobiliária.

Além disso, as normas jurídicas e órgãos competentes já existem³⁰. Então, questiona-se: Por que o Holiday ainda não é tombado pelo menos a nível estadual? Ou protegido como um Imóvel Especial de Preservação (IEP). O que está por trás do desinteresse do poder público em criar soluções para o problema do Holiday? Sabe-se também que o Decreto-Lei nº 25 determina que o entorno de bens tombados também deve ser preservado de modo a impedir que outras construções comprometam a sua visibilidade; Será que o tombamento do Holiday seria conveniente para os empresários do setor imobiliário? Muitas perguntas vão surgindo...

É só voltar o olhar para o caso do Chanteclair que muitas das respostas já estão lá respondidas. As situações se parecem e o Holiday, hoje, é como se fosse um descendente do Chanteclair. Materializados a partir da influência do que vem de fora do país, o momento de auge, a decadência, a estigmatização de grupos sociais que o frequentam, a desocupação e, por fim, o abandono. Para ficarem idênticos, só falta mesmo a gentrificação chegar ao Holiday. Mas os tempos são outros, a visão sobre o patrimônio mudou, uma diversidade de grupos sociais já tem mais espaço de ação política e o resultado pode vir a ser diferente. E deveria. Há que se superar o etnocentrismo não somente de forma conceitual.

O Holiday não é só um patrimônio feito de 'pedral e cal'³¹. O Holiday ainda é a casa dessas pessoas, que se identificam com ele, tem suas histórias de vida ligadas a ele etc. Portanto, para além de debates sobre relevância estética ou histórica³² de uma forma isolada, os moradores (Figura 38) precisam ser colocados como pontos focais da questão. Nesse contexto, a partir de um olhar decolonial, acredito ser imprescindível considerar também o conceito de patrimônio cultural imaterial.³³ O Decreto 3551/2000 estabelece quatro dimensões para o patrimônio imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos das diferentes identidades conformadoras da diversidade cultural do país. E o Holiday é também um desses lugares.

³⁰ Artigos 215 e 216 da Constituição de 1988; a criação do IPHAN em 1937; o Decreto-Lei nº25/1937; a criação da FUNDARPE em 1973; a Lei nº 6.292/ 1975; a Lei nº 16.284/1997.

³¹ Um tipo de sinônimo do conceito de Patrimônio material.

³² Tradicionalmente ainda se pensa valores históricos a partir de feitos importantes de 'heróis', grupos hegemônicos. A decolonização também é um tema caro para o campo da História.

³³ Que, na Constituição de 1988, já aparece em justaposição ao conceito de patrimônio material.

Assim como o Chanteclair tem sua importância e foi preservado através do instrumento do tombamento, o Holiday também precisa ser, mas sem desconsiderar que o tempo já é outro e novas perspectivas precisam ser levadas em conta.



Figura 38. Foto de moradores nas janelas do Edifício Holiday, 2019. Fonte: G1
<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/21/da-inovacao-a-degradacao-holiday-representa-marco-arquitetonico-e-social-para-o-recife.ghtml>

CAPÍTULO 3 **PATRIMÔNIO**
E GENTRIFICAÇÃO



3. Patrimônio e Gentrificação

A essa altura do texto, já sabemos que as cidades ocidentais do início do século XX foram marcadas pelo surgimento de novos lugares, novas formas de construir e ocupar, novas conformações para o uso do espaço público e também na forma de morar. Essas mudanças, claro, estavam vinculadas a diversos fatos, inclusive ao crescimento populacional, e também da modificação de símbolos e valores da sociedade.

Tentou-se dar soluções às novas necessidades e problemas das cidades com a implementação de teorias - por vezes bastante utópicas, e distantes do real - de planejamento urbano preconizadas pelos modernistas. Então, projetos e reformas urbanas grandiosas foram responsáveis por transformar diversas cidades. Ou seja, a partir de uma maneira funcionalista de ver a cidade, uma ordem artificial foi criada. Mas as cidades são como um organismo vivo, em permanente construção, e passam por mudanças que afetam as idealizações dos projetos urbanísticos - e, por conseguinte, também as decisões de políticas públicas de preservação. “A cidade real é insubmissa às vontades do arquiteto, exigindo dele entender os seus conflitos e conciliar suas ideias com a sociedade real, reinventando-se permanentemente” (Anelli, 2008).

A setorização das cidades, os grandes espaços de uso único, as cidades jardim, planos de mobilidade urbana que priorizam o automóvel, os shoppings, foram algumas das soluções modernas que acabaram por configurar-se em lugares com fronteiras desertas. E que, junto a outros fatores, colaboram para levar espaços das cidades à degradação e decadência.

A violência urbana, por exemplo, é um fenômeno social que ocorre nas cidades, e que é comumente usada como justificativa para o abandono de muitas áreas. Mas que tem como causa problemas de ordem estrutural, como as desigualdades socioeconômicas, a segregação urbana e a falta de oportunidades que garantam uma vida digna no espaço urbano. Portanto, é importante destacar que dificilmente algum assunto referente às cidades pode ser analisado de forma isolada. São sempre conjuntos de fatores que têm poder de alterar hábitos e traços culturais, afastando as pessoas do espaço público e tornando as cidades mais defensivas em suas soluções urbanas. Assim, as áreas desertas da cidade se ampliam ainda mais e os problemas urbanos se tornam abismos ainda maiores de serem transpostos.

A despeito dos planos urbanísticos e produtos imobiliários venderem soluções³⁴, muitos dos problemas não foram resolvidos. E, já no final do século XX, surgem outras demandas. As mudanças tecnológicas determinaram a substituição do paradigma industrial pelo paradigma informacional, alterando drasticamente as relações econômicas, sociais, políticas e culturais. E essas transformações claramente tiveram seus efeitos nas cidades³⁵. Manuel Castells no seu livro *A Sociedade em Rede*, analisa a nova lógica espacial que surge resultante da interação entre tecnologia, sociedade e espaço, denominando o "espaço de fluxos". Esses espaços de fluxos de informação, tecnologia, interação organizacional e de símbolos, contrapõem-se a organização espacial historicamente enraizada – Castells chama de “espaços dos lugares”. (Castells, 2002)

Nesse contexto, as áreas abandonadas das cidades contemporâneas – que, entretanto, são lugares bem localizados na cidade, urbanizados e que já oferecem alguma infraestrutura – produzem efeitos de desvalorização dos espaços, ocasionando, entre outras questões, em uma diminuição dos valores de aluguéis. E isso acaba atraindo grupos sociais de renda mais baixas para esses locais, portanto, desvalorizando-os ainda mais. Como foi apresentado no capítulo 2, esse movimento aconteceu na cidade do Recife e o Bairro do Recife foi um desses locais que conviveu com décadas de abandono. Acima de tudo, um abandono do poder público. Mas, da mesma maneira que houve o abandono, houve também, décadas mais tarde, o processo de revalorização desse espaço. É uma situação sustentada por ambivalências. Pois é como se a teoria que ‘destrói’ fosse a mesma que quer proteger, já que os ideais modernistas também tratavam da valorização e proteção de áreas urbanas históricas e seguem sendo importantes marcos teóricos para preservação de monumentos até hoje.

As políticas de reabilitação urbana em centros históricos estimulam a requalificação de espaços públicos e de edifícios, algo que atrai uma grande quantidade de investimentos e oportunidade de desenvolvimento para essas áreas. O patrimônio cultural, por conta dos seus conteúdos simbólicos, é visto como potencialidade para o mercado do turismo global. Nessa lógica, a revitalização de áreas urbanas históricas é a estratégia desse novo modelo de planejamento urbano.

³⁴ A venda de um projeto com programa de uso misto como o do Edifício Holiday é um ótimo exemplo. Hoje, os produtos imobiliários que são vendidos oferecem áreas que ‘imitam’ espaços da cidade: são os chamados condomínios clube.

³⁵ Hoje, em um momento pós-pandemia, observamos as dinâmicas sociais se modificarem ainda mais, trazendo novos dilemas e necessidades de adaptação nos projetos de cidade.

Mas, ao mesmo tempo, vê-se grande parte dos espaços da cidade continuamente esquecidos pelo poder público, com moradias irregulares, espaços públicos abandonados etc. As reflexões expostas até aqui demonstram que é preciso repensar os velhos padrões com urgência e reestruturar a maneira como as cidades são formadas, cuidadas, renovadas etc. Tantos exemplos mostram que as práticas de grandiosos processos de recuperação urbana não são adequadas para o contexto tão complexo das cidades. Pois, além de terminarem em destruição de áreas importantes para diversos grupos sociais, só acontecem porque antes existe o descaso e abandono de tantos bens.

Nesse momento, trazer a teoria de Jane Jacobs parece interessante. Ela foi uma intelectual que criticou a falta de visão dos planejadores, e a sua contribuição ao modo de se olhar e pensar as cidades, por exemplo, foi das mais importantes para sua época. As suas palavras ecoam até hoje através da publicação do livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*, que é uma dura crítica às práticas de renovação urbana dos espaços públicos dos EUA da década de 1950. A sua contribuição e análise teórica parecem tão atuais por abordarem fenômenos que continuam acontecendo em muitas cidades, inclusive - como já foi apresentado aqui - nas metrópoles brasileiras. Em uma das páginas ela diz que

o raciocínio econômico da reurbanização atual é um embuste. A economia da reurbanização não se baseia unicamente no investimento racional através de subsídios públicos, como proclama a teoria da renovação urbana, mas também em vastos e involuntários subsídios, arrancados de vítimas locais indefesas. E os resultados da elevação de impostos nesses lugares, auferidos pelas municipalidades em resultado desse "investimento", são uma miragem, um gesto lamentável e contraditório em relação às somas de dinheiro público cada vez maiores necessárias para combater a desintegração e a instabilidade que emanam da cidade cruelmente abalada. Os meios que a reurbanização planejada utiliza são tão deploráveis quanto seus fins. (Jacobs, 2011)

Diante das reflexões apresentadas aqui, já ficam evidentes alguns fatos associados a um fenômeno bastante comum em cidades do mundo todo: tratam-se dos processos de gentrificação. Ainda que seja uma palavra muito usada quando se trata da análise de reurbanização de áreas históricas, não há como falar sobre desdobramentos do conceito sem apresentar sua origem. O termo Gentrificação é o aportuguesamento de um termo em inglês, que surgiu, provavelmente, na obra de Ruth Glass, na década de 1960, fazendo referência à processos de mudanças estruturais ocorridas em bairros centrais de Londres. E embora o tema possua décadas de discussão em seu histórico, refletidas em conhecimentos já bastante solidificados, o assunto permanece atual e em evidência, gerando ricos e profícuos

debates. A complexidade do assunto obrigou, inclusive, a inter-relacionar outros aspectos que exercem influência sobre o fenômeno. Por isso também se entendeu necessário fazer todo esse caminho discursivo. Os efeitos que são vistos nas cidades e vivenciados pelas pessoas tem causas de raízes profundas e seculares, e isso exige considerar vários fatores.

Assim, da mesma forma que no início desse trabalho foi pontuada a importância da Constituição Federal de 1988 no debate sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico edificado, é preciso voltar a ela para incluir o direito à moradia nessa discussão. A moradia é um direito social fundamental que está garantido no artigo 6º da CF/88 e, dessa forma tem o mesmo valor que o artigo 216º. Contudo os projetos que colocam em prática a preservação e revitalização urbana de áreas históricas desencadeiam outras ações, mais complexas que mudanças físicas nas habitações de reconhecido valor histórico. São também processos de revitalização econômica e transformação social, nos quais interesses de mercado e o aumento do potencial turístico induzem o investimento na infraestrutura dos espaços urbanos. E por fim, ocasionam a valorização dos imóveis – como já foi pontuado anteriormente, antes áreas urbanas degradadas de habitação popular – e aumento do custo de vida, resultando no afastamento dos residentes e comerciantes.

Esse é o processo complexo de gentrificação, que ocorre em muitas cidades e também no Bairro de Recife. Os altos investimentos e o enobrecimento da área dão a impressão que o bairro se restringe ao polígono urbano de preservação, porém o bairro continua abandonado por conta de uma área esquecida: A comunidade do Pilar. As tendências contemporâneas de desenvolvimento urbanístico que são aplicadas assinalam essa situação de exclusão e invisibilidade. Pois enquanto faltam recursos públicos para solucionar os problemas dessas áreas, a outras – compreendidas por possuir um maior potencial atrativo econômico e turístico – são destinados muitos investimentos financiados pelo Estado e também por empresas privadas.



Figura 39. Foto da Comunidade do Pilar, 2019. Fonte: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/09/19/comunidade-do-pilar-luta-por-reconhecimento-desde-a-sua-fundacao>.

Diante de leituras sobre o programa Monumenta ficou claro que a reforma de alguns imóveis privados foram financiadas, ocorrendo muitos projetos em parcerias público-privadas. Então, se acontecem facilidades desse tipo, qual seria a justificativa para que outros imóveis não recebam também um financiamento de acordo com suas condições específicas?! Pensando em estratégias que possam ajudar a alcançar o objetivo da preservação de bens relevantes para as pessoas, para diversos grupos sociais que precisam desse suporte do poder público. Quais são os impedimentos?

E ao observar o Bairro do Recife e o que foi feito no início do século XIX e novamente no início do século XX, deixa evidente que historicamente os projetos não consideram os grupos sociais que já habitavam esses espaços. Hoje, mais do que nunca, é preciso considerar que o Bairro do Recife é também a área do Pilar. Se for para estar de acordo com as atuais recomendações e legislações patrimoniais, os projetos urbanísticos precisam levar em conta as características culturais das pessoas que irão usufruir do espaço em questão. A cidade deve ser tratada como construção social, memória das famílias, dos grupos sociais e dos indivíduos.

“O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis, independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a construção da identidade de um grupo social. Aspectos estilísticos cognitivos e afetivos com a população local devem ser sempre ajuizados no processo de investigação de um bem a preservar.” (Lima, 2005, p.1)

O trabalho de pesquisa feito até aqui aponta que o Chanteclair e o Holiday têm muito em comum. E, mais que isso, também serve para evidenciar um paradigma que persiste com o passar do tempo. Mesmo com a chegada do século XXI, que trouxe novas perspectivas e novas práticas urbanas, que possibilitou o uso de novas tecnologias, vê-se que os projetos de cidade seguem sendo criados repetindo certos padrões.

Considerações Finais

Desde que iniciei os estudos dentro do campo da Museologia, o que ficou mais evidente pra mim foi a possibilidade de entender diversos conceitos e questões sociais levando em consideração outras perspectivas, principalmente a partir da definição de alteridade. De tal maneira que fui percebendo a importância em questionar aqueles que eu já compreendia como mais estabelecidos, justamente por serem visões hegemônicas. Dessa forma, por meio do contato com discurso de autores não hegemônicos, observo a necessidade e postura permanente que, como futura museóloga e profissional atuante no campo do patrimônio, preciso ter para ajudar a conter esse movimento de apagamento de algumas narrativas em favor de uma ideia globalizante e superficial, e, assim, contribuir na construção de contextos sociais cada vez mais justos e verdadeiramente democráticos.

É preciso repensar velhos padrões e reestruturar a forma como as cidades são formadas, e abordagens como as de Milton Santos e de Ailton Krenak sobre território, territorialidades, pertencimento, hegemônias e monocultura de ideias trazem outros entendimentos e ajudam a ampliar nossos campos de visão. Acredito que é muito positivo, visto que somos ainda muito orientados a pensar sob as bases de discursos hegemônicos eurocêntricos. E isso se deve essencialmente à constituição de um campo científico moldado por conflitos e relações violentas de colonização.³⁶ Assim sendo, é um desafio constante romper com essas ideias que fazem parte do imaginário coletivo – coletivo até certo ponto, claro – ao questionar as heranças hegemônicas.

Nesse momento, entende-se a importância desse trabalho, já que reflexões teóricas em âmbito de pesquisa podem repercutir de maneira positiva em ações inovadoras que revertam as práticas de preservação. Uma delas é a urgência de debater as matrizes intelectuais, e as normativas jurídicas que orientam os critérios de seleção para tombamento do patrimônio edificado, atentando-se, especialmente, para a historicidade do caráter político-ideológico presente nos critérios seletivos que norteiam inventários e tombamentos. Já passou da hora de alargar verdadeiramente a ideia de patrimônio, considerando que “questões culturais mais amplas podem estar relacionadas a uma apropriação do ponto de vista material (uso) como também do ponto de vista imaterial (simbólico) e das inter-relações entre essas duas formas de

³⁶ O que Milton Santos critica no filme, “Milton Santos, pensador do Brasil” ao dizer que: “nós decidimos ser europeus, insistimos ser europeus; nós nos recusamos a pensar como nós próprios porque achamos mais chique pensar como os europeus, os americanos. E aí temos a maior dificuldade em compreender o mundo.” (MILTON, 2001)

apropriação de um patrimônio cultural” (Carsalade, 2010, p.80). O caso do Edifício Holiday é um ótimo exemplo para mostrar que esse conceito inter-relacionado precisa ser posto em prática. O Holiday ainda é a casa dessas pessoas. E para além de debates sobre relevância estética ou histórica – que tem a sua importância, pois a interdisciplinaridade é essencial no processo de atribuição de valor dos bens culturais – de uma forma isolada, os moradores é que precisam ser colocados em ponto focal da questão. É revoltante ver que eles precisam que essa situação se resolva e o poder público não está comprometido em colocá-los como prioridade.

Com esse trabalho não se tem a intenção de refutar o passado histórico de nossa cidade – ou de nosso país. Mas sim, reivindicar que se faça a preservação do patrimônio cultural de uma forma mais democrática, que seja capaz de representar outros grupos sociais para além do ‘dominante’. Para isso, é preciso colocar cada vez mais na pauta política um movimento contundente de mudança de paradigmas de preservação que possa representar melhor o universo complexo e diverso de nossa sociedade. Acredito que para que isso aconteça de maneira efetiva, outros grupos sociais precisam também fazer parte das decisões políticas para que essas demandas entrem nas pautas.

A partir dessa ótica, é possível perceber que o patrimônio edificado sozinho não faz sentido de ser preservado, é indispensável que as ações de preservação tragam benefícios para as pessoas e sejam reflexo de seus anseios. Mais importante que preservar a cidade, deve ser preservar a vida das pessoas na cidade. Buscando-se adotar o princípio de fazer intervenção na realidade segundo o compromisso com o desenvolvimento integral e sustentável, a equidade e a justiça social.

Longe de esgotar o tema, este trabalho se apresenta no intuito de ser um exercício e incentivo para alargar a visão sobre os fatores que determinam as políticas de preservação do patrimônio edificado e delimitam sua atuação, e também sobre o imaginário da cidade – que é o *lócus* (espaço?) desses acontecimentos – para pesquisas futuras.

Diante do que foi exposto, acredito que esses dilemas abrem um espaço fértil para provocar uma série de outras questões acerca da construção e contestação de políticas patrimoniais, e nas implicações políticas das relações sociais estabelecidas entre os grupos mais diversos da sociedade e os poderes institucionais. A sociedade precisa estar inserida no contexto das decisões. Só assim é possível percebê-la sensível para reconhecer e preservar o seu patrimônio; seja ele de valor natural, arquitetônico ou imaterial. E isso é algo bastante complexo, no sentido de que precisa

ser sempre associado às políticas educacionais, educação patrimonial etc. para que os mecanismos de preservação funcionem verdadeiramente.

Referências Bibliográficas

ANELLI, Renato. A cidade contemporânea: um conversa com Joaquim Guedes. **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, ano 09, n.099.02, 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.099/117>. Acesso em: 13 Set. 2023.

BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1990.

BAUDELAIRE, Charles. **O Pintor da vida moderna**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010, p.13-90

BETIM, Felipe. Em bairro luxuoso do Recife, edifício mais icônico é o refúgio da classe trabalhadora. El País. Felipe Betim. **Recife**. Recife, 9, Fev, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html. Acesso em: 23 Set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bd/sf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 21 ago 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei** nº25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 21 Ago 2023.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 280 p.

CARDOZO, Joaquim. **Poesias completas**. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p.7.

CARSALADE, Flávio Lemos. Área central: um olhar a partir do patrimônio cultural. **Locus: Revista de História de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, v.16, n2, p.79-92, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/20150/22252/81551>. Acesso em: 27 Set 2023.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CHAGAS, Mário; STORINO, Cláudia. MUSEU, PATRIMÔNIO E CIDADE: camadas de sentido em Paraty. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3, 2014. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4532>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

CHAGAS, Mário. **Cultura, Patrimônio e Memória**. Porto Alegre: Ciências e Letras, v.31, p.15-29, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2019.

COSTA, Mônica Ferreira da; ARAÚJO, Maria Christina Barbosa. Verticalização da Praia da Boa Viagem (Recife, Pernambuco) e suas Consequências Sócio-Ambientais. **Revista da Gestão Costeira Integrada**. v.8, n.2, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3883/388340124017.pdf> Acesso em: 20 Set. 2023

DESVALLÉES, A; MAIRESSE, F. **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Internacional de

Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria do Estado de São Paulo, p.79-81, 2013.

DINIZ, Fernando; PONTUAL, Virgínia. Boa Viagem: de área rural ao bairro mais verticalizado do Recife. *Jornal do Comércio*. Cleide Alves. **Recife em transformação**. Recife, 8, Abr, 2018. Disponível em: <https://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/recife-emtransformacao/boa-viagem-de-area-rural-ao-bairro-mais-verticalizado-do-recife/>. Acesso em: 20 Set. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRANATO, Marcos; RIBEIRO, Emanuela Souza; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. Londrina: **Informação e Informação**. v.23, n.3, p.202-229. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30997>. Acesso em: 16 set. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO (org.). **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN\Museu Imperial, 1999.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

IRAZÁBAL, Clara. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo: qual seu significado para a América Latina? **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, ano 02, n.019.03, 2001. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.019/821> Acesso em: 22 Set. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3843818/course/section/923498/JACOBS-Jane-1961-Morte-e-Vida-de-Grandes-Cidades%20%281%29.pdf>. Acesso em: 27 Jun 2023.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista, In: JAGGAR & BORDO. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: editora Rosa dos Tempos, 1998.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JUCÁ, Gisafra Nazareno Mota. O Processo de Ocupação e Crescimento do Espaço Urbano do Recife. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 118, n, 2004. Disponível em: <https://www.institutoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2004/2004-ProcessoOcupacaoRecife.pdf> Acesso em: 21 Set. 2023.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. Tradução: Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1933. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2974977/mod_resource/content/3/aula12_Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf. Acesso em: 25 Set. 2023.

LEITÃO, Lúcia.(Org.) **Cidade, Arquitetura e Desamparo**: uma abordagem psicanalítica da edificação do ambiente construído. Recife: Ed. UFPE, 2021.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. In: **Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN**, v. n.2, nov/dez, p.15, 2005.

LIMA, Márcia Rosa de. **A Concessão de Direito Real de Uso como Instrumento Jurídico de Defesa do Patrimônio Público e Implementação da Política Local**. p.6 Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/marcia-rosa-de-lima.pdf>. Acesso em: 26 Set. 2023.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 3 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

MILTON Santos, pensador do Brasil. Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções, 2001.

OLIVEIRA, Naira Gomes de. **O imaginário do Bordel no Universo Artístico de Tereza Costa Rego**: o Sagrado e o Erótico no infinito particular da obra “ A Noiva”. Orientador: Edson Dias Ferreira. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/261/2/Naiara%20Gomes%20-%20Mestrado%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%202013%20PPGDCl%20UEFS.pdf>.

PEREIRA, Danilo Celso. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. In: **Revista CPC**, [S. l.], v.13, n.25 p.34-59, jan-set 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268311774.pdf>. Acesso em: 5 Set. 2023.

PETER, Glenda Dimuro. Influência francesa no patrimônio cultural e construção da identidade brasileira: o caso de Pelotas. **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, ano 08, n.087.07, 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/222>. Acesso em: 13 Set. 2023.

PASSOS, Jorge. **Chanteclair**. Recife. 2012. Disponível em: <http://jorgepassos.com.br/chanteclair.php>. Acesso em: 25 Set 2023.

PEREIRA, Danilo César. Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan. **Rev. CPC**, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018.

PRIMO, Judite. Documentos Básicos de Museologia: Principais conceitos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.28, n.28, p.117-133 2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/517>. Acesso em: 21 Ago. 2023.

ROZOWYKWIAT, Joana (org.). **Tereza Costa Rêgo**: a liberdade em vermelho. 1 ed. Recife: Cepe, 2021, p.11.

ZÁRATE, Diana Lira; MOREIRA, Fernando Diniz. **Conservação da autenticidade em centros históricos**: um estudo sobre o Pólo Alfândega no Recife. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2010.



Políticas de preservação do patrimônio edificado na cidade do Recife do Século XXI:

OS CASOS PARADIGMÁTICOS DO CHANTECLAIR E HOLIDAY



Mariana Jucá
Francisco Sá Barreto (orientador)

47. Rua Visconde de Inhamatuna (Rangel).
48. Rua Pedro Afonso (Praia).
49. Travessa da Praia.
50. Praça de Mercado.
51. Rua de Santa Cecília.
52. " do Padre Muniz (Nova de Santa Rita).
53. Rua Velha de Santa Rita.
54. Rua do Nogueira.
55. Rua de S. José de Riba-Mar.
56. Travessa de S. José.
57. Rua dos Pescadores.
58. " da Assumpção.
59. " Marcellino Dias (Direita).
60. Rua Domingos Theodoro (Calçada).
61. Rua Antonio Henriques.
62. Rua Padre Floriano.
63. " da Penha.
64. " Henrique Dias.
65. " Lomas Valentinhas (Agua Verde).
66. Praça Capitão Villarim (Cinco Pontas).
67. Rua do Jardim.
68. " Forte.
69. " Christóvão Colombo.
70. Rua Vidal de Negreiros.
71. Rua Frei Henrique.
72. " das Carvoas.
73. " Coronel Suasuna (Augusta).
74. Rua Dias Cardoso.
75. " do Padre Nóbrega (Alcega).
76. Rua do Passo da Pátria.
77. Avenida 17 de Junho (S. João).
78. Rua do Mangue.
79. " do Ramos.
80. " do Faveiro.
81. " da Detenção.
82. " do Gazometro

3. " Conselheiro Theodoro (União).
4. Rua D. João Perdigão (B. Izabel).
5. Rua Antonio Joaquim de Melo (Saúde).
6. " do Alentejo.
7. " 7 de Setembro.
8. " do Camarão.
9. " Visconde de Camaragibe (Hospício).
10. Rua Floriano Peixoto (Imperatriz).
11. Rua Eustáquio Gomes.
12. " Dr. José Mariano.
13. " Visconde d'Albuquerque.
14. Rua da Conceição.
15. Praça Mascote Pinheiro.
16. Rua do Veras.
17. Travessa do Quilombo.
18. Rua de João Francisco.
19. " Visconde de Pelotas.
20. Rua Antonio Carneiro (Velha).
21. Rua Conselheiro Aguiar.
22. " Leão Coroado.
23. " da Mangueira.
24. " dos Coitéis.
25. " Coronel Lamenha (Prazeres).
26. Travessa do Jasmim.
27. Rua Coronel Seabra (Jasmim).
28. Rua das Barreiras.
29. " Visconde d'Albuquerque.
30. Largo de Santa Cruz.
31. Rua do Rosário.
32. " Gervasio Pires.
33. " Barão de São Borja (São).
34. Rua da Intendência.
35. " Sebastião Lopes.
36. " Santos Moreira.
37. " Deão Farias.
38. " D. Viad.
39. " Carlos Ayres.
40. " do Grande da Boa-Vista.
41. Rua Gomes de Mattos.
42. Praça da Saúde.
43. Rua Desembargador Nuno Macnudo.
44. Rua Visconde de Goyana.

- 1. Igreja do Pilar.
- 2. Capitania do Porto.
- 3. Assoc. Commercial.
- 4. Moura da Madre Deus.
- 5. Theouso Estadual.
- 6. Prefeitura Municipal.
- 7. Theatro Sta. Izabel.
- 8. Lyc. de Artes Officiaes.
- 9. Quartel do 1.º Corpo de Policia.
- 10. e 13. Quartel do 1.º Corpo de Policia.
- 11. Santa Casa de Misericórdia.
- 12. Igreja do Paraizo.
- 14. Mat. de Santo Antonio.
- 15. Igreja, Conv. e Hospitál de S. Francisco.
- 16. Ig. de N. S. do Rosario.
- 17. de Espírito Santo.
- 18. Delegacia Fiscal.
- 19. Quartel General.
- 20. Igreja de Santa Rita.
- 21. Merced P. de S. José.
- 22. Ig. de N. S. da Penha.
- 23. Igreja do Livramento.
- 24. de S. Pedro.
- 25. S. José de Ribamar.
- 26. Ig. de N. S. do Terço.
- 27. Uztina de Exgotos (Drainage).
- 28. Igreja dos Martyrios.
- 29. de Sta. Theresia.
- 30. e Conv. do Carmo.
- 31. Ig. Baptista (Templo Protestant).
- 32. Ig. Congregação dos Missionarios.
- 33. Mat. iz de S. José.
- 34. Tribunal da Relação (Forum).
- 35. Estação da E. de F. de Coxangá.
- 36. Esc. Pad. João Ribeiro.
- 37. Esc. Domingos Theotônio (R. Luiz do Rego).
- 38. Gym. Pernambucano.
- 39. Camara Estadual.
- 40. Est. da E. F. de Olinda.
- 41. Igreja de S. Antonio (R. Luiz do Rego).
- 42. Igreja de S. Antonio (R. Luiz do Rego).
- 43. Igreja de S. Antonio (R. Luiz do Rego).
- 44. Jornal da Manhã.
- 45. Igreja de S. Antonio (R. Luiz do Rego).

PLANTA DA CIDADE DO RECIFE

ESCALA 1:10 000

Bairro do Recife.

- 1. Rua do Pilar.
- 2. Largo do Chaco.
- 3. Rua do Occidente.
- 4. - Pharol.
- 5. - dos Gasarapex.
- 6. - de S. Jorge.
- 7. - da Fandação.
- 8. - Barão do Triunpho (Bram).
- 9. - da Tamaricira.
- 10. - Pedro I.
- 11. Praça Tiradentes.
- 12. Casas do Anafio.
- 13. Rua do Observatorio.
- 14. Praça General Arthur Osear (Voluntarios da Patria).
- 15. Praça Santos Dumont (Lenguetta).
- 16. - das Barreiras.
- 17. - do Bon Jesus.
- 18. - Domingos José Martins.
- 19. Travessa Bom Jesus.
- 20. - do Apollito.
- 21. Rua da Restauração.
- 22. Avenida Central.
- 23. Rua dos Mascates.
- 24. - do Commercio.
- 25. Casas da Companhia Pernambucana.
- 26. Rua dos Torres.
- 27. Largo do Forte do Matto.
- 28. - de João de Barros.
- 29. - do Terço.
- 30. Rua da Moeda.
- 31. - do Amorim.
- 32. Travessa do Forte do Matto.
- 33. Rua Mariz e Barros.
- 34. - dos Burgos.
- 35. - do Vigario Tenorio.
- 36. - do Bispo Sardiña.
- 37. Avenida Marquez de Olinda.
- 38. Bêco Largo.
- 39. Praça do Apollito.
- 40. Rua Visconde de Itaparica (Apollito).
- 41. Rua da Madre Deus.
- 42. - Althedeiga.

Bairros de Santo Antonio e S. José.

- 1. Praça da Republica.
- 2. Rua 15 de Novembro.
- 3. Avenida Martinis de Barros (Casa 22 de Novembro).
- 4. Praça 17.
- 5. Rua Trigue de Casaes (Ossimaidi).
- 6. Rua 1.º de Março (Crespo).
- 7. Praça da Independencia.
- 8. Rua Larga do Rosario.
- 9. - do Cabugá.
- 10. - das Laranjeiras.
- 11. - Trincheiras.
- 12. Praça Saldanha Maranhão.
- 13. Praça Barão de Lucena.
- 14. Travessa do Ouvidor.
- 15. Rua de João do Rego.
- 16. - do Clante.
- 17. - Bella.
- 18. - de Francisco Jacinto.
- 19. Rua General Abreu e Lima (Sto. Amaro).
- 20. Praça do Sol.
- 21. Rua Cons.º Peretti.
- 22. Avenida.
- 23. Rua Netto de Mendonça.
- 24. Rua Major Agostinho Bezerra.
- 25. Campo das Princesas.
- 26. Rua 28 de Setembro.
- 27. Bêco da Calá.
- 28. Rua Barão da Victoria (Nova).
- 29. Rua Mathias d'Albuquerque (Flores).
- 30. Rua Frei Caneca.
- 31. Bêco da Bomba.
- 32. Travessa da Concordia.
- 33. Avenida Martinis de Barros.
- 34. Rua 24 de Maio.
- 35. Praça Central.
- 36. Rua da Victoria.
- 37. - Marq. do Herval.
- 38. Rua Felipe Camarão (Palmas).
- 39. Rua dos Ossos.
- 40. - Tobias Barreto.
- 41. Largo do Mercado.
- 42. Largo de S. Pedro.
- 43. Rua Dr. Feltoza (Estrita do Rosario).
- 44. Rua do Pôgo.
- 45. Travessa do Sarapatel.
- 46. Rua do Livramento.

“Recife
 Não a Veneza americana
 Não a Mauritssad dos armadores das Índias Ocidentais
 Não o Recife dos Mascates
 Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois
 - Recife das revoluções libertárias
 Mas o Recife sem história nem literatura
 Recife sem mais nada
 Recife da minha infância
 [...]

Evocação do Recife - Manuel Bandeira, 1925

